

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER**



**SONIARA APARECIDA MENDES MAIA**

**EDUCAÇÃO, TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA: UMA DINAMICA  
DESAFIANTE PARA A GARANTIA DE DIREITOS NA SOCIABILIDADE  
CAPITALISTA**

**BRASÍLIA - DF**  
**2023**

Soniara Aparecida Mendes Maia

**EDUCAÇÃO, TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA: UMA DINAMICA  
DESAFIANTE PARA A GARANTIA DE DIREITOS NA SOCIABILIDADE  
CAPITALISTA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para a obtenção do título de bacharelado em Serviço Social à banca examinadora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, sob a orientação da Professora Dr<sup>a</sup>. Taise Cristina Gomes Clementino de Negreiros.

**BRASÍLIA - DF**

**2023**

**EDUCAÇÃO, TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA: UMA DINAMICA  
DESAFIANTE PARA A GARANTIA DE DIREITOS NA SOCIABILIDADE  
CAPITALISTA**

**Soniara Aparecida Mendes Maia**

**Trabalho Final de Curso apresentado à comissão examinadora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharelado em Serviço Social, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Taise Cristina Gomes Clementino de Negreiros.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr.a. Taise Cristina Gomes Clementino de Negreiros**

---

**Prof<sup>a</sup> M.a Patrícia Cristina da Silva Pinheiro**

---

**Assistente Social Dra Flávia Aparecida Squinca**

**BRASÍLIA - DF  
2023**

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, pela minha fé que foi renovada a cada dia dessa jornada. Aos meus guias e mentores espirituais por cuidarem de mim e me guiarem para o alcance dos meus objetivos.

Agradeço a minha orientadora Taise Negreiros, pela orientação e incentivo para a conclusão desse trabalho com êxito, pelo apoio, suporte e compreensão nos períodos que ficaram mais difíceis, gratidão por toda força.

A Universidade de Brasília e seu corpo docente que fez parte dessa minha formação acadêmica, aos professores que viam e incentivavam o meu potencial diante das adversidades, agradeço também a minha supervisora de estágio II Flávia Aparecida, por todo apoio, cuidado e parceria durante essa experiência.

A minha família que me deu amor, carinho e torceu muito por mim enquanto trilhava esse caminho, principalmente aos meus pais por tudo que me proporcionaram. A minha mãe eu sou imensamente grata por todo esforço que exerceu durante a vida para me sustentar e me dar as melhores condições de estudos, eu te amo tanto e admiro a mulher forte que a senhora é e que corroborou para a mulher que me tornei. A meu pai por ser amoroso e não me deixar faltar nada, por acreditar junto a minha mãe em minha capacidade e nos meus sonhos. Gratidão por me ensinarem a amar as pessoas, a poder contribuir de algum modo com o meu próximo sem esperar nada em troca, a respeitar as diferenças e saber ser eu diante de qualquer situação. Eu amo vocês infinitamente.

Aos meus amigos e companheiros de curso que estiveram comigo durante todos esses anos, vocês tornaram essa trajetória um pouco mais leve e eu sou grata por nossa amizade se firmar e seguir para além dos muros da universidade. Aos meus outros amigos que também me acompanharam em mais esse ciclo na minha vida.

E por último e de grande importância nesse processo acadêmico a minha esposa Júlia, por me incentivar desde sempre a não desistir, pelo amor, cuidado e carinho, por ser essa pessoa maravilhosa que divide a vida comigo, as dores e as alegrias, cada conquista ao seu lado é gratificante, você é maravilhosa e me inspira muito. Te amo mozi e obrigada por TUDO, possamos ter muito mais conquistas na nossa vida juntinhas.

## RESUMO

Essa pesquisa analisa a contribuição da educação na formação humana, com foco na relação entre educação e trabalho, em dois capítulos. No primeiro capítulo, aborda-se a educação para a formação humana e sua relação com o trabalho, buscando compreender como a educação pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades e competências que permitam aos indivíduos se inserirem no mercado de trabalho de forma mais qualificada e consciente. Já no segundo tópico desse capítulo, discute-se a educação e qualificação para o trabalho na sociedade capitalista, destacando os desafios enfrentados pelos trabalhadores em um mercado cada vez mais competitivo.

No segundo capítulo, são discutidos os períodos do sistema educacional e os programas de formação profissional no Brasil. O segundo tópico aborda a educação profissional na política neoliberal e suas consequências para a formação humana. Por fim, o terceiro tópico destaca os programas de ensino técnico no Brasil, com foco nos programas Pronatec e Jovem Aprendiz, discutindo seus objetivos, resultados e desafios.

A pesquisa se justifica pela necessidade de compreender as contradições existentes na relação entre educação e trabalho e seus impactos na formação humana de trabalhadores de diferentes faixas etárias e níveis socioeconômicos. O objetivo geral é investigar os benefícios e as dificuldades dessa relação, bem como as políticas públicas implementadas para melhorar a qualidade da formação profissional no Brasil.

Em resumo, este trabalho busca analisar a contribuição da educação na formação humana, com enfoque na relação entre educação e trabalho. Para isso, foram discutidos os períodos do sistema educacional, a evolução da formação profissional no Brasil e os programas de ensino técnico, com destaque para o Pronatec e o Jovem Aprendiz. A pesquisa se justifica pela necessidade de compreender as contradições existentes na relação entre educação e trabalho e seus impactos na formação humana de trabalhadores de diferentes faixas etárias e níveis socioeconômicos. O estudo se baseia em leituras bibliográficas e pesquisas sobre o tema, com o objetivo de identificar as principais contribuições e lacunas existentes na literatura sobre o assunto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação, formação humana, trabalho, ensino profissionalizante, programas de formação, Pronatec, Jovem Aprendiz, políticas públicas.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	7
<b>1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO HUMANA E A EDUCAÇÃO</b>	11
<b>1.1 EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO HUMANA: RELAÇÃO EDUCAÇÃO TRABALHO</b>	11
<b>1.2 EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA</b>	20
<b>2 AS MUDANÇAS NO SISTEMA EDUCACIONAL E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL</b>	34
<b>2.1 OS PERÍODOS DO SISTEMA EDUCACIONAL E OS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b>	34
<b>2.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA POLÍTICA NEOLIBERAL</b>	47
<b>2.3 PROGRAMAS DE ENSINO TÉCNICO NO BRASIL</b>	60
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	66
<b>REFERÊNCIAS</b>	69

## INTRODUÇÃO

A abordagem desde trabalho visa compreender e analisar em uma dimensão ontológica a relação das práticas educativas com a realização do trabalho e sua contribuição na formação humana em uma sociedade capitalista. Por se tratar de um vasto campo de debates, concepções e práticas, ao longo da história, foram e continuam sendo contestadas na organização social.

O processo de formação humana e a educação são temas fundamentais para entendermos a relação entre a evolução da sociedade e a necessidade de aprendizado e desenvolvimento humano. Através da compreensão da formação histórica e social do trabalho, podemos perceber como a educação se adapta e reflete os interesses e necessidades de reprodução da sociedade em cada estágio de desenvolvimento. Nesse sentido, o trabalho é visto como princípio educativo fundamental, como defendido por Engels em seu texto "O papel do trabalho na transformação do macaco em homem", no qual ele argumenta que o trabalho criou o próprio homem, possibilitando o desenvolvimento de habilidades e características essenciais para a evolução da espécie. A linguagem clara é um exemplo dessas habilidades que foram desenvolvidas através do trabalho e da necessidade de interação e comunicação entre os membros da sociedade. Portanto, entender a relação entre a formação humana e a educação é essencial para compreendermos a evolução da humanidade e o papel fundamental que o trabalho desempenha nesse processo.

Nessa pesquisa destaca-se, também, como o Estado é acionado para garantir melhorias nas estatísticas educacionais, mas muitas vezes através de medidas que visam apenas minimizar os efeitos da precarização escolar e os altos índices de evasão ou analfabetismo. Isso pode ser visto em estratégias utilizadas pelo governo, como a modificação da escolarização básica por cursos rápidos de formação profissional, com foco apenas na certificação, o que pode resultar na má qualificação do sujeito, excluindo-o do mundo do trabalho e dos direitos e formas dignas de existência.

O texto também aponta para a predominância da formação técnica por meio de cursos com curta duração incentivados pelo governo. A ampliação do acesso à escola é defendida pela burguesia dominante, mas a escola é desvalorizada e hipertrofiada, ampliada e esvaziada, porque há uma divisão de classes na humanidade, colocando as pessoas em posições antagônicas, com uma classe que domina e a outra que explora. A educação tem um papel fundamental para a reprodução do capitalismo, promovendo as

desigualdades entre os grupos sociais e as nações, e acaba se caracterizando pelo viés economicista, fragmentário e tecnicista. A relação entre educação e trabalho se fortaleceu com o surgimento da "teoria do capital humano", e houve uma divisão entre os educadores sobre qual escola defender.

A relação entre educação e trabalho é um tema complexo e multifacetado, que envolve aspectos econômicos, sociais e culturais. Nesse contexto, essa pesquisa tem um papel importante na análise das contradições presentes nessa relação, uma vez que sua perspectiva crítica permite identificar os impactos do sistema econômico na formação dos indivíduos e na sua inserção no mercado de trabalho.

Como trabalhadora que busca uma formação profissional mais qualificada, entendo que a relação entre educação e trabalho é fundamental para a minha formação humana. Esta pesquisa se justifica pela necessidade de compreender as contradições existentes nessa relação e os impactos causados na vida de tantos outros trabalhadores-estudantes. Acredito que a pesquisa pode contribuir para uma reflexão sobre as políticas públicas relacionadas à educação e ao trabalho, buscando alternativas para garantir uma formação humana mais completa e digna para todos.

Com o objetivo de investigar os impactos da relação entre educação e trabalho na formação humana de indivíduos de diferentes faixas etárias e níveis socioeconômicos, buscando compreender os benefícios e as dificuldades dessa relação e as políticas públicas que foram implementadas para melhorar a qualidade dessa formação.

Através de leituras bibliográficas e pesquisas com referências sobre o tema "educação e formação profissional", após a definição do tema foi feito o levantamento bibliográfico que foi importante para que eu conhecesse as principais contribuições e as lacunas existentes na literatura sobre o assunto. A partir daí foi iniciada a construção do trabalho de conclusão de curso onde fui separando em tópicos, onde foi feito um resgate histórico sobre como se deu o ensino profissionalizante ao longo dos anos.

Apresentando brevemente sobre os capítulos, o primeiro capítulo aborda a relação entre o processo de formação humana e a educação, explorando dois tópicos fundamentais: "Educação para a formação humana: relação educação trabalho" e "Educação e qualificação para o trabalho na sociedade capitalista".

No primeiro tópico, o foco é a importância da educação como um instrumento para a formação humana, destacando a relação entre a educação e o trabalho. É discutido



como a educação pode contribuir para o desenvolvimento humano, proporcionando habilidades e competências que são essenciais para a vida em sociedade, além de preparar os indivíduos para o mercado de trabalho. É destacada a importância da formação humana integral, que deve ser considerada no planejamento das políticas educacionais.

Já no segundo tópico, é analisada a relação entre educação e qualificação para o trabalho na sociedade capitalista, que se caracteriza pela busca constante por eficiência e produtividade. Neste tópico, são apresentadas críticas ao sistema capitalista e a forma como a educação é utilizada para atender aos interesses do mercado. É discutido como a qualificação para o trabalho muitas vezes é mais valorizada do que a formação integral do indivíduo, resultando em uma formação limitada e pouco crítica.

Em resumo, o capítulo busca refletir sobre a importância da educação na formação humana, tanto para o desenvolvimento pessoal quanto para o mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, são apresentadas críticas ao sistema capitalista e a forma como a educação é utilizada para atender aos interesses econômicos em detrimento de uma formação integral e crítica dos indivíduos.

O segundo capítulo do trabalho "As mudanças no sistema educacional e a formação profissional no Brasil" aborda as transformações no sistema educacional brasileiro e como isso impactou a formação profissional no país. O primeiro tópico discute os períodos do sistema educacional brasileiro e os programas de formação profissional que foram implementados no país ao longo do tempo, desde a criação das escolas técnicas no final do século XIX até os programas mais recentes destacando a importância desses programas para a formação da mão de obra no país.

Já o segundo tópico aborda a influência da política neoliberal na educação profissional, destacando como as mudanças no sistema educacional foram orientadas pelo pensamento econômico neoliberal e pelas necessidades do mercado de trabalho. Nesse sentido, a formação profissional passou a ser vista como um meio de aumentar a competitividade do país e de seus trabalhadores no mercado globalizado.

Por fim, o terceiro tópico se concentra nos programas de ensino técnico no Brasil, com destaque para o Pronatec e o Jovem Aprendiz. O texto apresenta uma análise crítica desses programas, mostrando suas limitações e contradições em relação à formação

profissional e à inclusão social. São apontadas críticas à qualidade dos cursos oferecidos, à falta de infraestrutura e recursos, à baixa remuneração dos profissionais envolvidos e à dificuldade de inserção dos formados no mercado de trabalho.

Em suma, esse capítulo oferece uma visão panorâmica sobre a história da formação profissional no Brasil, destacando as mudanças no sistema educacional e como elas influenciaram a formação da mão de obra. Além disso, aborda os desafios atuais da educação profissional no país, incluindo a necessidade de investimentos públicos, a melhoria da qualidade dos programas e a ampliação do acesso da população à formação técnica e profissional. O texto aponta para a necessidade de uma formação profissional de qualidade, que possibilite aos jovens uma inserção digna no mercado de trabalho, e sugere a criação de políticas mais consistentes e abrangentes nessa área.

## **1. O PROCESSO DE FORMAÇÃO HUMANA E A EDUCAÇÃO**

### **1.1 Educação para a formação humana: Relação Educação Trabalho**

Para organizar e evidenciar o significado do trabalho e da sua relação com a formação humana, busca-se compreender sua formação histórica e social nos diferentes aspectos que constituem a sociedade. A partir disso, percebemos que a história da humanidade se modifica na medida em que se altera a forma com que o homem irá garantir a subsistência e reprodução da vida social, ou seja, na medida em que se alteram o modo de produção e reprodução da vida.

Portanto, partimos da perspectiva que o processo de formação humana e o surgimento e consolidação das práticas educativas irão corresponder a cada estágio de desenvolvimento da humanidade e seus respectivos modos de produção e reprodução da vida social.

Com o advento da propriedade privada e surgimento de classes socialmente antagônicas, consideremos que a educação, hegemonicamente, refletirá e atenderá aos interesses e necessidades de reprodução dessa forma de sociabilidade, porém, não deixando de considerar os aspectos contraditórios presente nesses processos.

Em termos de crítica, o movimento inclui a consolidação dos fundamentos históricos e sociais do conhecimento humano para construir uma concepção histórica crítica no campo da educação. Para isto, precisamos considerar o trabalho como princípio educativo.

Em seu texto "O papel do trabalho na transformação do macaco em homem" Engels (2006), apresentou suas opiniões sobre os efeitos do trabalho na evolução dos grandes primatas com base na teoria darwiniana da seleção natural. Apenas certas espécies partem dos primatas, e os macacos serão o primeiro estágio da humanidade como a conhecemos hoje.

O trabalho segundo Engels (2006) "É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem". Nesse processo, o fato de se movimentar na postura ereta (bípede), liberando a mão, antes mesmo disso a mão já cumpria a função específica ao macaco é o primeiro passo no desenvolvimento humano. Durante a evolução de longo prazo, Engels

acreditava que as mudanças anatômicas da mão foram o resultado do trabalho, e só depois de sua evolução completa é que um instrumento pôde ser fabricado:

Desse modo, a mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele. Unicamente pelo trabalho, pela adaptação a novas e novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento especial assim adquirido pelos músculos e ligamentos e, num período mais amplo, também pelos ossos; unicamente pela aplicação sempre renovada dessas habilidades transmitidas a funções novas e cada vez mais complexas foi que a mão do homem atingiu esse grau de perfeição que pôde dar vida, como por artes de magia, aos quadros de Rafael, às estátuas de Thorwaldsen e à música de Paganini. (ENGELS – 2006)

O homem como é um ser essencialmente social, que vive e sobrevive através da sua interdependência a um determinado grupo/comunidade. Os trabalhos realizados por sujeitos específicos adquirem, ao mesmo tempo, a dimensão de trabalho social, coletivo, uma vez que se torna imprescindível para o desenvolvimento humano a interação entre seus membros. A partir dessa necessidade de interação surge as primeiras experiências de comunicação

A necessidade criou o órgão: a laringe pouco desenvolvida do macaco foi-se transformando, lenta, mas firmemente, mediante modulações que produziam por sua vez modulações mais perfeitas, enquanto os órgãos da boca aprendiam pouco a pouco a pronunciar um som articulado após outro. (ENGELS- 2006)

Como as mãos, a linguagem clara é o resultado do trabalho realizado pelo ser humano na organização de um conjunto de símbolos e representações necessários à vida coletiva. Através dos estímulos provocados pelo trabalho, há o desenvolvimento e complexificação das formas de linguagem, desenvolvimento cerebral e dos sentidos humanos. O cérebro começa a acelerar seu desenvolvimento por meio de habilidades de abstração e raciocínio, que afetam a melhoria contínua do trabalho e da linguagem. Neste ponto, Engels acreditava que o homem e o macaco eram completamente diferentes, e um novo elemento apareceu no processo de evolução e conclusão do homem, a sociedade.

As novas demandas decorrentes da ocupação de áreas cada vez maiores na superfície para adaptação ao terreno e clima são uma característica do ser humano, e a cada demanda, novas categorias de trabalho e especialização de mãos, sentidos e cérebros têm se desenvolvido, como já foi dito. Se num primeiro momento o trabalho desenvolve habitação, vestuário “O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em

geração, estendendo-se cada vez a novas atividades.” (ENGELS - 2006) Mas com o aprofundamento da relação dialética entre homem, trabalho e natureza, novas atividades surgiram.

Engels reiterou que o trabalho contribui para o desenvolvimento de habilidades essencialmente humanas e distancia, cada vez mais, o atendimento de suas necessidades de sua condição estritamente biológica e natural, diferentemente de outros animais não abandonaram sua dependência da natureza. À medida que o ser humano realiza suas necessidades e, por meio do desenvolvimento do cérebro, ele está se livrando da dependência da natureza e modificando a natureza e dominando seus recursos para que ela possa atender necessidades cada vez mais complexas.

Na visão de Marx (1968), trabalho, no sentido mais geral, é a comunicação do homem com a natureza. Por meio dele, ele se transforma na produção de produtos materiais necessários para atender a demanda e as necessidades humanas. No entanto, Marx também enfatizou que esta relação entre o homem e a natureza significa movimento duplo. Por um lado, a natureza é transformada, por outro lado, o próprio homem se transforma.

Nesse sentido, o trabalho se distingue de todas as outras categorias porque apenas ele tem a função de produzir riqueza material necessária para a sobrevivência humana. Todas as outras categorias, a exemplos de arte, linguagem, ciência, educação, direito, política, religião, etc., embora dadas a natureza e suas próprias funções sociais são derivadas do trabalho. É por isso que, no trabalho e em outras categorias, há uma relação entre dependência ontológica e autonomia relativa, tudo em relação com o trabalho e a influência mútua entre eles.

Portanto, a relação entre o trabalho humano e a produção social, e as mudanças ao longo da história da humanidade estão sujeitas à lógica do mercado, métodos econômicos de produção, destacados pelos contornos contraditórios e conflitos nos campos histórico, social, político e econômico. Mas é precisamente no modo de produção capitalista que a formação da burguesia tem especial relevância e centralidade, ou seja, a necessidade de adequar a natureza e características do trabalho, a formação do trabalhador aos métodos de produção contínua. Ajuste de acordo com os princípios e conceitos econômicos centrados na automação industrial, tecnologia e globalização do mercado.

A partir deste conceito de trabalho, é importante enfatizar que a sociedade já não é a mesma constituída e hegemônica na Idade Média. Pois mudou o poder e as relações econômicas desenvolvidas no sistema feudal, uma classe a ascensão dos empresários e da pequena burguesia determina novas relações trabalho e sociedade.

Com isso houve mudanças na relação social em que as áreas rurais estão subordinadas às cidades. A indústria, com introdução de inovações na agricultura e mecanização da produção industrial. Uma sociedade composta de pequenos comerciantes e pequenas cidades, aponta a necessidade de ter, a nova relação formada por contratos estabelecidos por convenções e regulado por códigos escritos, e que todos possam dominá-los. Que segundo Saviani (2003), se constituiria a exigência básica da nova sociedade que se estabelecia

Esse tipo de sociedade tem, pois, como pressuposto, como premissa necessária, a introdução de códigos de comunicação não naturais, não espontâneos. É a partir daí que se pode entender a exigência de generalização dos códigos escritos, trazendo consigo, por consequência, a necessidade da generalização da alfabetização. Sobre esse pressuposto também se coloca a questão da universalização da escola que, estando referida ao trabalho intelectual, à cultura letrada, se constitui como via de acesso aos códigos escritos. Nas formas de sociedade anteriores, a escola podia ficar restrita àquela pequena parcela da sociedade que precisava desenvolver esse tipo de trabalho. (SAVIANI, 2003, p. 135)

Nesse início da consolidação da sociedade burguesa a educação está intimamente ligada aos interesses da classe dominante e do capital, sendo a principal ferramenta usada para a dominação e na conservação da hegemonia. Frigotto (2019) explicitou que

O processo educativo escolar ou não, é reduzido a função de produzir, um conjunto de habilidades intelectuais, desenvolvimento de determinadas atitudes, transmissão de um determinado volume de conhecimentos, que funcionam como geradores de capacidade de trabalho e consequentemente produção. FRIGOTTO (1999, p.40)

É preciso ressaltar que, nesse sentido, a educação tem constituído um polo da luta pela hegemonia, precisamos entender nesta perspectiva a realidade para explicá-la e vislumbrar as possibilidades de mudança.

De acordo com Moura (2012, p. 2),

Evidentemente, na atual fase de desenvolvimento das forças produtivas, ancoradas na ciência, na técnica e na tecnologia, sob o domínio do sistema capital, a escola vem tornando-se “essencial” à

sociabilidade humana. A partir desse entendimento, a escola passa a ser uma ferramenta estratégica do capital porque está nela a reprodução dos valores, princípios e fundamentos econômicos capitalistas, como forma de garantir a manutenção do funcionamento da hegemonia em um modelo de sociedade.

Compreender o trabalho a partir de uma dimensão formativa e estruturá-lo nele a contradição e a luta de classes entre capital e força de trabalho precisam superar a visão de competência, habilidades e padrões de qualidade, de acordo com a lógica de competitividade, empregabilidade, características de vantagem técnica e burocracia, dissipados pela concepção do Capital. Contrapondo-se a esta lógica do capital e reconhecendo o quanto a educação formal colabora para a conservação desta hegemonia Meszáros (2005, p. 35), afirma que:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos cento e cinquenta anos, serviu no seu todo o propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria em expansão do sistema capitalista, mas também o de gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhum tipo de alternativa à gestão da sociedade ou na forma "internacionalizada.

Levando em conta o processo histórico da educação, entende-se que ocorreram diversas mudanças em suas metodologias, pensamentos e contribuições para a formação humana. Com isso, a educação não é um processo linear e sua história é marcada por grandes mudanças e pensamentos. Desse modo pode-se afirmar que a educação possibilita o crescimento individual a produção e reprodução social e cultural.

No caso, “o saber popular seria o ponto de partida e o saber científico o ponto de chegada.” (SAVIANI, 2009, p. 101). Analisando o ponto de vista do autor percebe que está muito ligado ao pensamento que o filósofo Karl Marx defendia. Porém, Marx em suas obras não destacava a problemática da educação como foco central de suas discussões e sim a teoria crítica da economia e sociedade capitalista, que conseqüentemente engloba a educação como um dos pontos a serem abordados, pois envolve o desenvolvimento humano na sociedade burguesa capitalista.

Na perspectiva de Saviani, destaca-se a importância de a escola ser um lugar para todos, onde os saberes que os alunos possuem de seu cotidiano (saber popular) deve ser

valorizado na construção de seus conhecimentos, para que assim, alcance o saber científico no decorrer do seu processo escolar.

os conteúdos escolares devem pautar-se nos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos historicamente elaborados e referendados pela prática social da humanidade; a educação escolar é um processo privilegiado para, no âmbito do ensino, promover o desenvolvimento equânime dos indivíduos; a tarefa central da educação escolar é a formação das novas gerações na base de apropriações representativas das máximas conquistas do gênero humano, desenvolvendo nelas a capacidade para se imporem como sujeitos da história. (MARTINS, 2018, p. 94)

Na visão de Saviani “É possível encarar a escola como uma realidade histórica, isto é, suscetível de ser transformada intencionalmente pela ação humana” (SAVIANI, 2001, p.30). A ideia básica da teoria da educação (rodapé) é que se a grande maioria da população não pode obter educação e, portanto, não pode obter a riqueza material e cultural produzida pela sociedade, então não haverá democracia. Por isso, optou por apresentar a situação de um enorme contingente de crianças, jovens e adultos que, embora coexistentes de uma sociedade “educada”, têm como promessa básica a integração através da educação escolar, mas não conseguem atingir as expectativas modernas e o sucesso prometido pelas instituições sociais e escolares.

O homem produz-se a si mesmo, determina-se, ao se colocar como um ser em transformação, como ser da práxis. Para ele o desenvolvimento do homem na sua totalidade só se dará com a superação da alienação provocada pelo antagonismo de classes. Por isso ele fala que o homem se encontra ainda na sua própria pré história.  
(MARX, 1977a, v.1:302)

Apesar de Marx não ter referenciado diretamente a temática educação, ele abordou a partir da perspectiva da classe trabalhadora e apontou a necessidade de superar a urgência de se apropriar do conhecimento, que é um privilégio de uma certa categoria, mesmo condensada nas práticas restritivas circundantes a educação da classe trabalhadora.

Nesse contexto, a tarefa dos educadores deve ser promover a realidade social para a libertação, lembrando que no conceito dialético, é também uma transformação social sem a contribuição da educação, a libertação é inimaginável, o que reforça a necessidade da formação humana para que ocorram transformações sociais.



Segundo Saviani, “O dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar aquilo que os dominantes dominam é condição de libertação” (1999, p.66). Partindo dessas premissas, alguns acreditam que as escolas reprodutivas que dominam a cultura tendem a ajudar a reproduzir a estrutura das relações de poder, enquanto a função da educação passa a ser um reaparecimento da desigualdade social. Por isso, a importância da educação voltada para a transformação e não para a reprodução das relações de poder já existentes na sociedade.

Saviani (1999) concorda que, nessa perspectiva, as escolas tornaram-se ferramentas ideológicas para a burguesia proteger seus interesses, impedir os valores e conceitos das massas e suas lutas, e o desenvolvimento dos serviços. Qualificando o trabalho intelectual, mas invalidando o trabalho físico.

Entretanto, apesar do trabalho intelectual depender de conhecimento especializado, sabendo que o aprendizado profissional será utilizado para criação, resolução, projeções, cálculos e gestões, quanto mais intelectualizado o trabalho, maior o conhecimento exigido. Porém, torna-se inviável a execução do trabalho manual sem utilizar a inteligência que é adquirida a princípio através do ensino básico ofertado nas escolas, mas para a burguesia esse conhecimento não deveria ser acessado por todos.

Para Marx “Educador e educando educam-se juntos na práxis revolucionária, por intermédio do mundo que transformam. Essa práxis deve ser entendida como trabalho social ou simplesmente trabalho” (MARX-ENGELS, 1977, p.12). A expressão do conceito de mundo é baseada na reeducação de educadores, no debate de uma nova antropologia fundamentada no trabalho de transformação do mundo.

A maneira pela qual os indivíduos manifestam sua vida reflete muito exatamente o que são. O que eles são, coincide, portanto, com a sua produção, tanto com o que produzem quanto com a maneira pela qual produzem. O que os indivíduos são, depende, portanto, das condições materiais de sua produção.  
(MARX, 1979 p.46)

A crítica de Marx foi dirigida a alguns "revolucionários" que simplificaram este ponto, essa relação faz com que, em última análise, sirvam à prática reacionária. Defesa entre as alianças trabalho e educação precisam de vários tipos de mediação, se isso não for feito, a mudança dessa proposta ao contrário: irá treinar trabalhadores para manter os métodos de produção e a capacidade de produção contribuindo para acumulação capitalista.

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual”  
(MARX, 1979 p.82)

Quando a burguesia revolucionária se transforma em uma classe de poder consolidada, seus interesses se tornam conservadores e vão contra a transformação da sociedade. Portanto, para Saviani (1999), neste momento, as escolas tradicionais que surgiram a partir da implantação dos sistemas nacionais de ensino do século passado e seus métodos de sobrevivência não são mais úteis à classe dominante. Essas escolas atingiram com força maior e amplitude nas últimas décadas do século XX, nesse período a organização desses sistemas de ensino eram inspirados na sociedade burguesa, a qual pregava que a educação era direito de todos e dever do Estado.

A argumentação visa enfatizar as diferenças e atribuir a isso o fracasso e o sucesso. Para os indivíduos, deixando de avaliar a responsabilidade coletiva pelas enormes desigualdades que persistem na sociedade capitalista. Saviani afirmou que a contribuição de Marx é a base da base teórica da pedagogia crítica histórica, porque:

Quando se pensam os fundamentos teóricos, observa-se que, de um lado, está a questão da dialética, essa relação do movimento e das transformações; e, de outro, que não se trata de uma dialética idealista, uma dialética entre os conceitos, de uma dialética do movimento real. [...] trata-se de uma dialética histórica expressa no materialismo histórico, que é justamente a concepção que procura compreender e explicar o todo desse processo, abrangendo desde a forma como são produzidas as relações sociais e suas condições de existência até à inserção da educação nesse processo  
(Saviani, 2003, p.141).

Marx aponta que a perda de conhecimento sobre o processo de produção de alguns trabalhadores concentra-se no capital que enfrentam. E complementa:

“É um produto da divisão manufatureira do trabalho se opor-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e poder que os domina. Esse processo de dissociação começa na cooperação simples, em que o capitalista representa em face dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. O processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, convertendo-o em parcial. Ele se completa na grande

indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital.”  
(Marx, 1988, p. 283-4).

Posto isto, pode-se ter uma ideia da complexidade de conciliar educação e trabalho. A partir da crítica da sociabilidade capitalista desenvolvida por Marx podemos compreender que a educação dos trabalhadores não está voltada ao desenvolvimento destes e de todas as suas potencialidade e habilidades enquanto seres humanos, mas sim uma formação meramente técnica, voltada a um trabalho que, em si, desumaniza o homem.

Neste caso, o trabalhador alienado de todas as suas próprias atividades, até pelo conhecimento e a ciência de que o capital foi desviado e usado nos meios de produção como forma de aumentar a renda sobre o trabalho. Articulado assim que o capitalismo quer reduzir as horas de trabalho necessárias para os trabalhadores sobreviverem, e com isso aumentar o tempo de trabalho para a valorização do capital através do desenvolvimento tecnológico dos métodos de produção e o desenvolvimento de mais trabalhos que se seguiram.

A sociedade não pode permitir nem aos pais, nem aos patrões, o emprego de crianças e adolescentes para o trabalho, a menos que se combine o trabalho produtivo com a educação. Por educação nós entendemos três coisas: 1) educação mental; 2) educação corporal, tal qual é produzida pelos exercícios ginásticos e militares; 3) educação tecnológica, compreendendo os princípios gerais e científicos de todos os processos de produção e, ao mesmo tempo, iniciando as crianças e os adolescentes no manejo dos instrumentos elementares de todos os ramos industriais.  
(Marx, apud Nogueira, 1990)

Marx não definiu o primeiro aspecto da educação ideológica (ou intelectual). Ele pode estar relacionado à pesquisa de conteúdo, como na escola da classe dominante ou possivelmente é mais relevante para a cultura geral e o treinamento nas horas vagas da criança. Não é possível especificar a qualidade da recomendação, mas é importante negar a formação da proposta após a divisão social causada pela divisão do trabalho, a formação fragmentada das pessoas tornou-se clara.

A classe trabalhadora deve ser educada fisicamente para atividades e resistência física em condições de trabalho muito desgastantes. Além disso, não se pode ignorar o fato de que pode existir uma ação revolucionária técnica na qual é necessária habilidades físicas e instruções para manipulação das máquinas e armas como sugeriu Marx.

## **1.2 Educação e qualificação para o trabalho na sociedade capitalista**

O discurso educacional contemporâneo considera uma espécie de educação focada na função social da escola e a qualidade da educação oferecida. No entanto, as práticas educativas nos mostram um cenário que vai contra a preparação científica do aluno. Muitas questões foram levantadas sobre a educação e suas funções sociais. Cada parte da sociedade tem um ponto de vista para explicar os problemas encontrados.

Por muito tempo, as escolas serviram apenas a uma pequena parte da sociedade favorecendo apenas aqueles que podiam arcar com os custos para estudar. Na atualidade, podemos identificar a ampliação do acesso da população aos sistemas formais de ensino em virtude da consolidação de leis educacionais que passaram a reconhecer a educação enquanto direito. Porém, ainda há contradições sobre esse alcance de forma igualitária para todos.

Pensar no papel da escola hoje nos leva a encontrar o seu sentido no decorrer da história. Ao longo desta estrada, você pode ver a enorme influência das forças políticas na tomada de decisão e da classe dominante no processo educacional.

Como primeiro passo, é necessário compreender a educação e o estabelecimento de novas políticas sociais na sociedade, pois não há educação sem relações sociais, e estas relações são determinadas pela forma como os indivíduos garantem a (re)produção da vida social – econômica, política e culturalmente, por sua vez, determinará a política pública que orienta o tipo de educação oferecida em um determinado tempo e espaço.

Olhando para a história humana, é claro que as relações sociais na existência de cada período são organizadas de acordo com as necessidades da população a escolarização no Brasil iniciou no período Colônia e esteve sob a responsabilidade da Igreja Católica que deu andamento até a segunda metade do século XVIII, com poucos avanços no ensino popular, pois o principal objetivo era a formação de religiosos para a composição de seus quadros e atendimento da demanda de escolarização dos filhos da elite, e até após o Estado assumir a responsabilidade pelo ensino para crianças, pouco foi feito em questões educacionais até o fim do século XIX.

Nessa perspectiva devemos destacar o século XX nesse processo pois houveram mudanças relevantes que aconteceram nesse período, considerando todo o contexto

histórico para assim entender como se deu a produção da educação para o povo. Houveram fatores determinantes podendo destacar o início da República no final do século XIX em diante, com o crescimento da industrialização no país e a influência do modelo norte-americano de educação, denominado escolanovista.

Cambi (1999) destaca que o século XX foi “dramático, conflituoso, radicalmente inovador em cada aspecto da vida social: em economia, em política, nos comportamentos, na cultura”. Ele também afirma que as transformações no modo de compreensão as ciências influenciaram a educação, corroborando para as mudanças na sociedade como um todo. Fundamentado nessa nova consciência educacional, descobriam-se a psicologia e os movimentos de emancipação das massas populares.

“No século XX, a escola sofre processos de profunda e radical transformação. Abre-se às massas. Nutre-se de ideologia. Afirma-se como cada vez mais central na sociedade” Cambi (1999). Na época alguns pensadores desejavam que o Brasil obtivesse o mesmo nível de desenvolvimento de outros países considerados desenvolvidos, principalmente os europeus e acreditavam que esse modelo educacional também deveria ser copiado, uma vez que com isso pela educação a nação se desenvolveria. Desse modo, “a escola se impôs como instituição-chave da sociedade democrática” Cambi (1999).

Ao final do século XIX os republicanos anunciavam a concretização do projeto de escola pública, obrigatória, gratuita, democrática e laica, tendo como função a correção das desigualdades sociais. O século XX trouxe a crença do poder da escola, sendo que o sistema educacional ainda não estava firme e considerando a desigualdade decorrente do capitalismo. De acordo com Saviani (2004) as mudanças mais marcantes que houveram em termos econômico, social, político, cultural e educacional ocorreram nas últimas décadas do século XIX.

Saviani (2004), destaca que para uma melhor explicação sobre a escola pública no Brasil, deve-se separar em duas etapas, a primeira ocorrendo nas fases: 1549-1759 com a escola pública religiosa (jesuítica); 1759-1827 com as aulas régias (reforma pombalina); 1827-1890 com as tentativas de organizar a educação sob o domínio do Estado. E em 1890 foi onde se iniciou uma nova etapa, após a implantação dos Grupos Escolares, sendo esse um marco na origem da escola pública no Brasil. Essa etapa foi dividida também em três fases: 1890-1931 que foi o período de formação dos professores pelas escolas normais. 1931-1961 período onde houve a regulamentação das escolas

superiores, secundárias e primárias e por fim; 1961-1996 com a criação da primeira lei de Diretrizes e Bases. Marcando assim um roteiro da educação escolar brasileira no século XX.

Segundo Silva (2008) os intelectuais brasileiros tiveram influência do movimento que afetou todo mundo ocidental, denominado escolanovista, idealizado por John Dewey nos Estados Unidos, também com forte influência na Europa. E então com o surgimento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que estava baseado nos princípios do Movimento Escola Nova, “uma mistura da rigidez educacional europeia com um sistema forte, com o pragmatismo norte-americano, centrado na ciência e no desenvolvimento econômico e social” Silva (2008).

Com isso, as instituições escolares existentes que já não atendiam as necessidades do século XX e juntamente com os avanços tecnológicos, via-se a necessidade de uma política educacional, tratando-se de reformadores em prol de uma bandeira revolucionária. Desse modo o Estado tendo como obrigação a criação de uma ação na qual trouxessem mudanças na política educacional, além de tentar acabar com os problemas sociais com uma escola pública democrática e de boa qualidade, além da universalização do acesso à escola.

A universalização da escola primária promoveu a socialização dos indivíduos nas formas de convivência próprias da sociedade moderna, familiarizando-os com os códigos formais integrantes do universo da cultura letrada, e ao mesmo tempo capacitou-os, minimamente, a integrar o processo produtivo. A introdução da maquinaria eliminou a exigência de qualificação específica, mas impôs um patamar mínimo de qualificação geral, equacionado no currículo da escola primária (SAVIANI, 2000, p. 163).

Como sabemos, a formação educacional é fortemente afetada pelas questões econômicas, culturais e sociais, estes são os principais determinantes que norteiam o desenvolvimento social das políticas públicas do país. Portanto, é preciso ter um olhar crítico ao analisar um determinado objeto histórico a fim de visualizar não apenas os elementos que explicam a relação dos objetos, mas as situações históricas específicas, analisando também as suas contradições do contexto de modo geral e sobre a educação deve-se considerar sua relação e aspectos contraditórios com o sistema de acumulação de capital.

A formação humana também como as questões educacionais relacionadas a prática educativa estão sujeitas às leis que regem o mercado produtivo, tornando fundamental a consideração dos mecanismos que o sistema político e econômico impõe na organização do sistema educacional. No Brasil apesar de ter uma quantidade significativa de pessoas que tiveram acesso a educação escolar, continua a servir de ferramenta para a manutenção do sistema capitalista que cria e organiza seu próprio plano de educação com foco apenas nos interesses políticos e econômicos.

Nesse contexto o papel do Estado consiste em somente trazer melhorias nas estatísticas educacionais, através de medidas que tem como objetivo minimizar os efeitos da precarização escolar resultante do processo de exploração econômica. Dentre estas estratégias utilizadas pelo governo está na modificação da escolarização básica por cursos rápidos de formação profissional, com foco apenas na certificação, sendo esta muito vaga, apesar de ser vista como um processo de inclusão, quando na verdade a má qualificação do sujeito o exclui do mundo do trabalho e dos direitos e formas dignas de existência.

De acordo com Kuenzer (2005, p. 15), “[...] através dos processos de inclusão excludente, a educação escolar e não escolar se articula dialeticamente aos processos de exclusão includente<sup>1</sup> existentes no mundo do trabalho[...]”, pois fornece às empresas “[...] a força de trabalho disciplinada técnica e socialmente, na medida das suas necessidades [...]”.

Segundo Saviani (2014, p. 69), a política educacional está voltada a ter resultados significativos investindo o mínimo possível, ou seja, na formação há uma diferenciação do professor técnico onde sua prática pedagógica é voltada a ampliação de regras de conduta e de conteúdos e do professor culto que “é aquele que domina fundamentos científicos e filosóficos que lhe permitem compreender o desenvolvimento da humanidade e, a partir daí, realiza um trabalho profundo de formação de alunos a ele confiados”. No atual cenário é possível perceber a predominância da formação técnica por meios de cursos com curta durabilidade incentivados pelo governo. (rodapé explicando que esse debate será aprofundado no próximo capítulo)

---

<sup>1</sup> O termo "includente" é um neologismo criado a partir da palavra "inclusão" e tem sido utilizado para descrever processos que, apesar de parecerem inclusivos, acabam gerando exclusão. Ou seja, trata-se de um processo de inclusão seletiva, que atende apenas a determinados grupos ou interesses, deixando outros de fora. Em outras palavras, é um tipo de inclusão que, na verdade, acaba por perpetuar a exclusão social.

Saviani (2000), diz que a escola é ao mesmo tempo desvalorizada e hipertrofiada, e também ampliada e esvaziada, porque a partir do momento em que há uma divisão de classes na humanidade, surgindo então a escola com essa divisão, colocando as pessoas em posições antagônicas, com uma classe que domina e a outra que explora.

A ampliação do acesso à escola que é defendida pela burguesia dominante tem seu aspecto contraditório porque ela não se efetivava no mesmo nível entre o ensino destinado às elites (tendo como base de formação o trabalho intelectual) e à classe trabalhadora. As escolas destinadas aos trabalhadores eram limitadas em uma formação básica como o objetivo de promoção das habilidades para a qualificação profissional. É também nesta direção que se coloca a análise de Frigotto (2003), que atribui ao trabalho um importante papel como princípio educativo, já que

Os processos educativos, escolares ou não, constituem-se em práticas sociais mediadoras e constituintes da sociedade em que vivemos. São práticas sociais não neutras. Eles podem, e têm feito, predominantemente, reforçar as relações sociais capitalistas que subordinam o trabalho, os bens da natureza, a ciência e tecnologia como propriedades privadas, valores de troca e a conseqüente alienação e exclusão de milhões de seres humanos da vida digna ou de sua radical transformação. Esses processos educativos têm o mercado e o capital como medida de tudo, em função do privilégio de poucos. Mas a história vem mostrando que eles podem se constituir em instrumento de crítica a essas relações sociais e, também, promotores de uma nova sociedade que afirme o ser humano como medida de todas as coisas e os bens do mundo como bens de uso de todos os seres humanos.

Sobre isso, Frigotto (2008) diz que a educação tem um papel fundamental para a evolução do capitalismo, promovendo as desigualdades entre os grupos sociais e as nações. Essa materialização ocorre por meio da educação profissional, recomendando aos que frequentavam que para eles conseguirem um emprego precisavam se tornar cidadãos produtivos, adaptados e treinados, e com isso a educação acaba se caracterizando pelo viés economicista, fragmentário e tecnicista.

Por mais que essa relação entre educação e trabalho tenha se dado desde o século XIX, será a partir do século XX, mais precisamente na década de 60, que essa perspectiva se fortalecerá com o surgimento da “teoria do capital humano” (rodapé). Segundo esta a educação adquire centralidade no desenvolvimento econômico para a potencialização do trabalho e qualificação da mão-de-obra. Com isso houve uma divisão entre os educadores sobre qual escola defender, sendo divididas em educação apenas para a formação de modo



geral, com ou sem a qualificação profissional, ou a escola única que unia as duas formações.

Para alguns teóricos da economia política, a escola era totalmente desnecessária aos trabalhadores, acusando de tempo roubado da produção essa instrução escolar. Já Adam Smith pensava que os trabalhadores precisariam receber essas instruções escolares, porém, em doses homeopáticas, podendo assim se inserir melhor no processo produtivo, tendo pensamentos mais ágeis, sendo assim aptos a viver em sociedade, tornando-os mais flexíveis.

A sociedade capitalista pauta-se na apropriação privada dos meios de produção (dentre eles os conhecimentos necessários para tal) e na riqueza socialmente produzida. Desta forma, o conhecimento não pode pertencer às pessoas da classe popular, porque se eles obtiverem esse tipo de conhecimento, também terão os meios de produção, o que é contrário ao pensamento capitalista, ou seja, os trabalhadores só podem ter seu próprio trabalho e não pode obter conhecimento.

Contudo, diante do próprio desenvolvimento das forças produtivas, tornou-se imperioso a concessão de acesso a parte do conhecimento ao trabalhador como forma de viabilizar e aprimorar a realização do seu trabalho, pois para produzir algo ele deve ter um conhecimento mínimo, que pode ser obtido por meio da educação em doses homeopáticas.

Porém esses conhecimentos mínimos só serão positivos para o funcionamento do sistema capitalista e o controle das classes populares, se esses conhecimentos ultrapassassem esse mínimo, o objetivo das classes dominantes entraria em contradição como apontou Saviani (2000).

Para Saviani (2000, p. 151), “a educação é funcional ao sistema capitalista, não apenas ideologicamente, mas também economicamente, enquanto qualificadora da mão-de-obra (força de trabalho)”. Com base nesse pensamento trabalha-se a hipótese do sistema educacional formado com base no trabalho. Devido a expansão da industrialização e o crescimento de novas tecnologias na produção, as lutas do movimento operário se ampliaram criando um movimento pela organização das atividades trabalhistas, transformando assim a organização do trabalho em defesa das mudanças nos processos de formação do homem para o trabalho. “A introdução da máquina eliminou a

exigência de qualificação específica e impôs um patamar mínimo de qualificação geral.” (FRIGOTTO, 2008).

Com a consolidação do modelo produtivo taylorista-fordista, a questão sobre a formação básica para os trabalhadores tornou-se mais central. Este modelo produtivo exige a execução de um trabalho no qual os trabalhadores não precisassem ter domínio de um grande conhecimento para executar suas atividades, e o saber adquirido por eles não podendo ser parte da força produtiva. Desse modo só era dominado pelo trabalhador aquela parcela na qual ele executava no processo de produção coletiva, permanecendo o saber sistematizado e responsável apenas pelo processo de produção, focado apenas nas classes dominantes.

O modelo de produção taylorista foi criado pelo engenheiro Americano Frederick W. Taylor (1856-1915) que ao observar os trabalhadores industriais, constatou que os trabalhadores deveriam ser organizados de forma sistematizada e hierarquizada. Desenvolvendo então esse modelo de produção para a consolidação do processo de trabalho capitalista no qual o trabalhador não tem autonomia, salientando a dimensão negativa do trabalho.

O taylorismo se constitui em um método de planejamento e de controle dos tempos e movimentos de trabalho tendo como suas características principais a padronização e produção em série como condição para a redução de custos e elevação de lucros e o trabalho de forma intensa, padronizado e fragmentado proporcionando ganhos de produtividade, elevando assim a capacidade produtiva nas fábricas, pois o trabalho repetitivo gerou uma especialização dos trabalhadores que se tornaram ágeis evitando assim o desperdício do tempo de produção durante o trabalho.(ANTUNES, 2003)

Após o período de crise econômica americana veio o surgimento do fordismo, criado por Henry Ford. Esse modelo de produção que se articulava com o planejamento taylorista incorporava a redução da jornada de trabalho na fábrica da Ford, onde os trabalhadores teriam uma jornada de 8h/dia, mas sem redução salarial, passariam a ganhar mais, levando a ideia de que ao ser bem remunerado e ter uma jornada menor de trabalho o funcionário seria mais produtivo e teria mais tempo disponível para consumir, gerando assim um melhor funcionamento de uma economia capitalista.

A visão de Henry Ford era de que seus funcionários eram potenciais consumidores, sendo uma estratégia para ampliar a venda de mercadorias e para lucrar mais. Nesse sentido, pode-se afirmar que o fordismo se constituiu em um modo de regulação da vida social que envolve tanto a acumulação capitalista quanto a necessária adequação da classe trabalhador a um novo estilo de vida, baseado na ampliação da cultura do consumo e na rotina rígida do trabalho e na vida pessoal. A sustentação do método de produção fordista/taylorista fundamentou-se também, em um compromisso entre o capital e o trabalho mediado pelo Estado (ANTUNES, 2003, p. 38).

Esse compromisso buscava a manutenção do modo de produção capitalista e constituía-se na implementação de elementos integrantes de um Estado de Bem-Estar Social, em troca da desistência da luta dos trabalhadores pelo projeto socialista. Logo, os representantes do capitalismo fizeram concessões aos trabalhadores a fim de evitar a luta de classes. Esse compromisso também se sustentava na exploração dos trabalhadores dos países subdesenvolvidos, que não participavam desse pacto “social-democrata” (ANTUNES, 2003, p. 38-39).

Para a realização plena do compromisso, os representantes dos trabalhadores (os sindicatos) atuavam na busca de melhores condições de trabalho, aumentos de salários e seguridade social, e, em troca, controlavam as bases operárias a fim de evitar o conflito com o capital (ANTUNES, 2003, p. 39).

Desse modo o taylorismo/fordismo não se concretiza em mera técnica de gestão administrativa voltada ao crescimento da produção e dos lucros, mas sobretudo, e igualmente como um modo de ordenação da sociedade focado na expansão e manutenção do sistema capitalista de produção.

No momento em que o capitalismo enfrentava uma grande crise econômica, houve então uma política econômica baseada na teoria do economista inglês John Maynard Keynes, que era contrário ao Estado liberal e a favor de um Estado forte e regulador denominado como keynesianismo, tendo assim o estabelecimento do Estado de Bem-Estar social ou Welfare State, nos países norte-americanos e europeus mais industrializados. Com isso buscava atender a crescente demanda social nos serviços públicos de educação, moradia, saúde, transportes e setores estratégicos.

Contudo esse modelo não conseguiu conter outra crise capitalista mundial na década de 70, crise essa vinda do aumento do petróleo somada a acirrada contradição do capitalismo. Apesar da crise do modelo Fordista/Keynesiano vigente, esse processo levou o capital a se multiplicar investindo nele mesmo: com dinheiro comprando dinheiro e se multiplicando por meio das ações nas bolsas de valores mundiais.

Como estratégia de superação desse novo cenário de crise, consolidou-se um novo modelo produtivo: o Toyotismo. Este pode ser compreendido como um modelo de produção onde a principal característica era a “autonomação” que utilizava de um mecanismo inserido nas máquinas que permitia que elas parassem caso houvesse falhas na produção, esse mecanismo foi desenvolvido por Sakichi Toyoda.

Toyoda verificou que os modelos taylorista/fordista tinham um problema de desperdício de recursos, e que a lógica de produção em massa já estava demonstrando sinais de esgotamento. Com isso o modo de produção toyotista propõe a quebra dos paradigmas da produção em massa e traz a racionalidade e economia nos processos de produção, trazendo uma série de métodos que contribuem para a produção até os dias atuais refletindo na função de acúmulo de capital e flexibilização desse acúmulo, trazendo uma outra hegemonia do capital na produção como condição política.

A ideia de “acumulação flexível” possui uma ineliminável carga político-ideológica no interior da luta de classes. Ela explicita o elemento que robustece o poder do capital contra a sua parte antagônica, o trabalho assalariado. Embora se saliente o caráter “flexível” da acumulação de capital, o que não se contesta no “sistema da produção flexível”, são as prerrogativas “rígidas” do capital, tendo em vista que é ele quem decide ainda o que produzir e onde alocar os recursos. [...] No local de trabalho, apesar da polivalência operária, proclamada pela ideologia dos novos experimentos da produção capitalista de cariz flexível, tais como o toyotismo, a função social do trabalho assalariado continua restrita e parcial (ALVES, 2008, p. 10).

Em relação à política econômica houve uma importante reconfiguração do papel do Estado referente à intervenção político-econômica e social. De um modelo fordista entre o capital e o trabalho, mediado pelo Estado, com concessões variadas aos trabalhadores em troca do abandono da luta de classes, passou-se para um modelo neoliberal como forma de solucionar a crise capitalista da década de 70. Além disso, a falta de contraponto ideológico no capitalismo, como o socialismo, que ruiu com a queda do Muro de Berlim não abre mais espaço para a preocupação do capital em garantir políticas sociais por causa de seus custos financeiros representados por carga tributária,

restaurando então a ideologia liberal do estado de retirada das relações sociais, dando abertura ao neoliberalismo.

Este conceito neoliberal é formalizado no Consenso de Washington (rodapé) que defende a liberalização do comércio, privatização de empresas públicas, estabilidade monetária e equilíbrio fiscal, e que não estão imunes à crise. E assim houve a implantação de um modo para correspondência da crise estrutural do capital, que não tornando o sistema imune a crises acabou gerando outros diversos problemas principalmente em países de Terceiro Mundo.

Em resumo tanto o modo fordista quanto o modo toyotista foram implementados para a preservação do sistema capitalista de produção, mas nos dois casos como resposta da implantação desses sistemas houve as crises estruturais do padrão de acumulação capitalista, representando assim modos de organização da sociedade como um todo no sentido de preservação do capitalismo.

Esse conceito acaba influenciando nas políticas de formação profissional pois sua preocupação é um outro modo de parcialidade do trabalho pela lógica do capital, ou seja, usando um falso conceito de empregabilidade para estimular a exclusão social e a produção destrutiva. E dessa forma, esse conceito, acaba influenciando as políticas de formação profissional (ALVES, 2008).

E assim, cada trabalhador só dominava aquela parcela que ele executava no processo de produção coletivo, estando o saber sistematizado, responsável pelo processo de produção, concentrado apenas nas classes dominante (ALVES, 2008).

Como nos mostra Souza (2004), “as políticas de educação profissional contribuem para a adaptação dos trabalhadores às novas demandas de qualificação do trabalho e da produção, sendo vista pela sociedade como a única condição para que se consiga entrar e permanecer no mercado de trabalho.”

Dessa forma os trabalhadores buscam uma formação de novas habilidades, sendo que na verdade o Toyotismo incentiva a competição e a rentabilidade dos serviços, usando assim essas características como critérios da qualidade dos serviços da escola, fazendo com que todas as contradições existentes sejam vistas de modo natural com a propagação da ideia de que as mudanças no meio do trabalho e na rotina diária da sociedade capitalista

são efeitos dos avanços científicos e tecnológicos, o resultado disso é a conformidade da sociedade nesses acontecimentos.

Isso apresenta um paradoxo. O trabalho é um estado natural e eterno de uma pessoa na sociedade, ao mesmo tempo, é externo, alienado e desconhecido ao mesmo homem.

Sobre isso, Gadotti (1997) argumenta que:

Como mercadoria o homem não possui valor em si. Seu valor deriva da relação de troca, enquanto está na origem do lucro, da mais valia e da acumulação do capital. O trabalhador, diz Marx em *O Capital*, sai sempre do processo como nele entrou, fonte pessoal da riqueza, mas desprovido de todos os meios para realizá-la em seu proveito. Uma vez que, antes de entrar no processo, aliena seu próprio trabalho, que se torna propriedade do capitalista e se incorpora ao capital, seu trabalho durante o processo se materializa sempre em produtos alheios.

Este paradoxo se reflete na dualidade da educação desde início da era moderna, e ainda antes, até os dias atuais levando em consideração a existência de duas escolas diferentes, para alguns, o treinamento prático, que se limitam a realizar tarefas mais ou menos definidas, isentando os campos de seus respectivos fundamentos teóricos, para outros, um com base na formação no campo teórico, preparando-se para o trabalho de elite para atuação nos diferentes setores da sociedade tornando-se dirigentes, como destaca Gramsci:

Pode-se observar, em geral, que na civilização moderna todas as atividades práticas se tornaram tão complexas, e as ciências se mesclaram de tal modo à vida, que cada atividade prática tende a criar uma escola para os próprios dirigentes e especialistas. Assim, ao lado do tipo de escola que poderíamos chamar de “humanista” (e que é o tipo tradicional mais antigo), destinado a desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral ainda indiferenciada, o poder fundamental de pensar e de saber orientar-se na vida, foi-se criando paulatinamente todo um sistema de escolas particulares de diferentes níveis, para inteiros ramos profissionais ou para profissões já especializadas e indicadas mediante uma precisa especificação. (GRAMSCI, 2001, p. 32).

Partindo disso, Engels (2008) ressalta que por parte dos capitalistas há um grande esforço em precarizar e reduzir a qualificação dos trabalhadores. Sendo percebido até os dias atuais e desde sempre quando se analisa a qualificação dos jovens para o trabalho. Fortalecendo assim a política neoliberal e suprimindo as exigências do capitalismo a

legislação educacional se adequa buscando proporcionar uma formação que atenda as exigências de qualificação demandadas pelo mercado de trabalho, tolhendo sua função social que é o desenvolvimento de potencialidade para a necessária emancipação humana.

A partir das análises com base na perspectiva Marxista, compreendemos a necessidade de romper com a visão de que a educação está somente atrelada e objetivada nos pressupostos econômicos do capitalismo. No entanto o modelo dessa relação da educação em do capitalismo necessita de um novo conceito de qualificação profissional, que não seja baseado apenas em habilidades específicas de uma determinada ocupação e sim de uma educação geral, sólida e ampla, permitindo que o indivíduo possa se perceber como parte de si e da sociedade e acompanhe as mudanças nos processos produtivos.

Aqueles que não tem acesso a qualificação profissional são excluídos do mundo trabalho, desse modo gerando desemprego ou sujeitos a trabalhos sub-remunerados e mais precarizados.

Para que esta formação flexível seja possível, torna-se necessário substituir a formação especializada, adquirida em cursos profissionalizantes focados em ocupações parciais e, geralmente, de curta duração, complementados pela formação no trabalho, pela formação geral adquirida por meio de escolarização ampliada, que abranja no mínimo a educação básica, a ser disponibilizada para todos os trabalhadores. A partir desta sólida formação geral, dar-se-á a formação profissional, de caráter mais abrangente do que especializado, a ser complementada ao longo das práticas laborais. Como a proposta é substituir a estabilidade, a rigidez, pela dinamicidade, pelo movimento, à educação cabe assegurar o domínio dos conhecimentos que fundamentam as práticas sociais e a capacidade de trabalhar com eles, por meio do desenvolvimento de competências que permitam aprender ao longo da vida, categoria central na pedagogia da acumulação flexível. Se o trabalhador transitará, ao longo de sua trajetória laboral, por inúmeras ocupações e oportunidades de educação profissional, não há razão para investir em formação profissional especializada; a integração entre as trajetórias de escolaridade e laboral resultará na articulação entre teoria e prática, resgatando-se, desta forma, a unidade rompida pela clássica forma de divisão técnica do trabalho, que atribuía a uns o trabalho operacional, simplificado, e a outros o trabalho intelectual, complexo (KUENZER, 2007, p. 1159).

A qualificação básica para o trabalho é argumentada como necessária para a compreensão da tecnologia e da produção, como propósito de preparação de recursos humanos adequados ao mundo do trabalho, porém, isso não pode ser feito com que a formação coloque os educandos em uma linha de produção denominada “indústria-

escola” BASTOS (2005), baseando-se apenas no lucro da economia, de modo que sejam vendidos como produtos ao mercado capitalista.

Para a concretização de uma mudança no modo de qualificação é necessário a valorização dos educadores e não os restringir a meros trabalhadores assalariados, pois para a formação de cidadãos e não produtos que servirão de mão de obra para o mercado, é sobretudo preciso fazer da educação uma ação política e transformadora e não uma indústria limitando a educação e o educando a uma linha de produção e a um produto, pois na verdade são sujeitos da História.

De uma forma mais clara é perceptível que o neoliberalismo é um agrupamento de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia e trás, em seu discurso que a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar de forma homogeneia, com isso o neoliberalismo trata a escola no campo do mercado e das técnicas geracionais, excluindo assim o conteúdo político de cidadania, substituindo-os pelos direitos do consumidor já que o neoliberalismo vê pais de alunos e alunos como consumidor.

E com essa visão a relação entre o público e privado tornou-se flexível, ou seja, as políticas anteriormente implementadas pelo setor público foram transferidas para o setor privado, com uso dos fundos públicos. Nessa lógica, o país não gasta menos dinheiro, mas tem uma nova reconfiguração da política para abrir espaço para a criação de um mercado de execução da política social, da qual o capital é obtido. Observa-se assim que o neoliberalismo, tinha intenção de racionalizar os recursos e minimizar os gastos do estado com políticas sociais.

A sociedade civil passou então a atuar de forma direta na implantação de políticas sociais abrindo então espaço para o terceiro setor que ocupa um lugar não estatal, com a diminuição das atribuições do estado, ou seja, privado, porém com foco nos atendimentos das variadas demandas públicas.

Neste caso, a ideia é estabelecer uma parceria público-privada para concretizar a execução da política social, ou seja, o setor privado passa a intervir na administração pública, assumindo as responsabilidades que pertencem ao poder público. Então, a essência das parcerias público-privadas está reduzindo o Estado para apoiar iniciativas



privadas. Nesse contexto, os princípios de igualdade de direitos e universalização são substituídos por filantropia e ações que se concentram em pequenos grupos.

## **2. AS PARTICULARIDADES DOS SISTEMAS DE ENSINO E DE FORMAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONALNO BRASIL**

### **2.1 Os processos de surgimento e consolidação do sistema educacional e os programas de formação profissional**

No Brasil, as primeiras instituições escolares surgiram no período colonial sob influência e gerência dos padres Jesuítas. Após a chegada da família real ao país, houve então uma ruptura com o sistema educacional do período joanino, com a estadia de Dom João VI no Brasil, foram abertas Academias Militares, Escolas de Medicina, Biblioteca Real e a Imprensa Régia, para depois sob influência dos artistas franceses ser criada a Escola Nacional de Belas Artes. ( FAUSTO – 2013)

SAVIANI (2004), destaca que para uma melhor explicação sobre a escola pública no Brasil, deve-se separar em duas etapas, a primeira ocorrendo nas fases: 1549-1759 com a escola pública religiosa (jesuítica); 1759-1827 com as aulas régias (reforma pombalina); 1827-1890 com as tentativas de organizar a educação sob o domínio do Estado. E em 1890 foi onde se iniciou uma nova etapa, após a implantação dos Grupos Escolares, sendo esse um marco na origem da escola pública no Brasil. Essa etapa foi dividida também em três fases: 1890-1931 que foi o período de formação dos professores pelas escolas normais. 1931-1961 período onde houve a regulamentação das escolas superiores, secundárias e primárias e por fim; 1961-1996 com a criação da primeira lei de Diretrizes e Bases. Marcando assim um roteiro da educação escolar brasileira no século XX.

No Brasil, a educação foi tratada de forma secundária e só tardiamente reconhecida enquanto um direito social. No Primeiro Reinado (1822-1831) a Constituição de 1824 manteve o princípio da liberdade de ensino sem restrições e com a intenção de ser de forma gratuita e para todos os cidadãos.

A primeira lei sobre o Ensino Elementar foi aprovada em 1827 e vigaria até 1946 quando então fracassou por questões econômicas, técnicas e políticas. Então, em 1827, surgiu a primeira lei sobre educação das mulheres permitindo então que estas pudessem frequentar as escolas elementares, sendo que as escolas onde o ensino era mais avançado era proibido às mesmas.

Após a instauração da Primeira República em 1889, que também ficou conhecida como a política do café com leite<sup>2</sup>, a educação sofreu várias reformas, mas as mudanças seguiam os padrões do no Novo Regime<sup>3</sup>: centralização, formalização e autoritarismo.

Ao analisar os conflitos de então, na Primeira República, notamos a ausência de consistência ideológica e programática das lideranças políticas: “A luta dos grupos pela hegemonia é complexa, porque as lideranças – ex-monarquistas, republicanos, militares – agem em geral desordenadamente, prendendo-se a interesses locais e coronelísticos, e não a fórmulas ideológicas ou partidárias”. (CARONE, 1977, p. 36 apud BACKES, 2006, p. 35).

Na primeira República 1889-1930, houveram cinco reformas no sistema educacional, sendo elas: a Reforma Benjamim Constant, a Reforma Epitácio Pessoa, Reforma Rivadavia, Reforma Carlos Maximiliano e a Reforma João Luiz Alves, sendo a última com foco de implantação de um currículo unificado para todo o país.

A década das reformas educacionais foi a de 1920, esse foi um período de grandes iniciativas. Apesar de não haver um sistema organizado de educação pública, como atualmente, foi o período onde teve um dos movimentos mais importantes que foi nomeado como Escola Nova em defesa de uma escola pública universal e gratuita. Em 1924 a Associação Brasileira de Educação – ABE havia sido fundada e em sua primeira fase sofreu com a militância da igreja católica, mas em 1932 foi dominada pelos adeptos da Escola Nova, que no mesmo período houve a publicação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” em defesa da laicidade, gratuidade e universalização do ensino público.

A organização da República Velha foi interrompida pelo Golpe de Estado também conhecido como Revolução de 1930, comandada por Getúlio Vargas que havia tomado posse como Presidente em um governo provisório. A partir da Era Vargas, houve a modernização das estruturas políticas, sociais e econômicas brasileiras, a partir da inserção de demandas populares na construção de políticas públicas e de direitos

---

<sup>2</sup> **O regime político passa a ser republicano e presidencialista.** Consagra o princípio federativo, onde a Nação é uma federação de vários Estados, com seus próprios governos, submetidos ao governo central, aos quais se permite tudo o que o texto constitucional não proíba. Os Estados organizam-se de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse. Confere aos Estados-membros da federação autonomia para organizar o seu Poder Legislativo.

<sup>3</sup> **Política do café com leite** é o nome que se dá ao processo de alternância de poder entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, que ocorreu durante a chamada “República Oligárquica”, a fase da “República Velha” (1889-1930) que teve início em 1898, sob a presidência de Campos Sales.

trabalhistas, e com o desenvolvimentismo, que buscava transformar o Brasil, até então um país agrário-exportador, em um país urbano e industrial.

Com essas mudanças inevitavelmente a educação foi atingida, sendo vista como a solução para os problemas nacionais e instrumento de transformações sociais, diante desse cenário houveram então reformas educacionais mais modernas com o Decreto 19.402 de 14 de novembro de 1930, criando assim o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, por meio da criação do MES, a educação brasileira encarou pela primeira vez uma série de modificações estruturais em nível nacional.

A fundação do Ministério da Educação e Saúde, no início do Governo Vargas, de certo modo, atendeu aos anseios de partes da população e de intelectuais que, desde a década anterior, demandavam por ações efetivas do Estado no sentido de melhorar a educação, principalmente por meio dos debates promovidos pela Associação Brasileira de Educação (ABE), uma vez que o analfabetismo era considerado um dos grandes problemas brasileiros.

O histórico de analfabetismo no Brasil é reflexo do dualismo educacional inerente às instituições educacionais brasileiras, dualismo este que tem suas raízes desde o período colonial. Até o início do século XX acreditava-se que não influenciava tanto nas questões econômico-sociais do país, somente com o processo de expansão da industrialização que então foi visto com um real problema. Em um período entre 1950 e 1964 marcou-se na sociedade diversas mobilizações e programas sociais com o intuito de alfabetização de jovens e adultos.

Devido a urbanização e industrialização, houve uma nova concepção sobre o analfabetismo nesse período, além de novas iniciativas para a alfabetização com movimentos como por exemplo: Experiência da Rádio escola no Rio Grande do Norte (1958), Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA (1958), Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1958), Movimento de Cultura Popular – MCP (1960) entre outros movimentos e campanhas de alfabetização que surgiram nesse período que estavam ligados com os embates eleitorais, “o direito ao voto, contudo, estava condicionado à alfabetização, o que levou os governantes a organizar programas, campanhas e movimentos de alfabetização de jovens e adultos” (SAVIANI, 2008, p. 316).

Esses movimentos conhecidos como Movimentos de Educação Popular, possuem caráter de conscientização política da população, “a expressão ‘educação popular’ assume, então, o sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo” [...] e apesar de apresentarem distinção entre si [...] “esses movimentos tinham em comum o objetivo da transformação das estruturas sociais e, valorizando a cultura do povo como sendo a autêntica cultura nacional” (SAVIANI, 2008, p. 318).

Diante disso, como outras estruturas do Estado e da organização do país, a educação passou por um processo de modernização, por meio de uma ação centralizadora e uma política que unificasse as estruturas educacionais do Brasil.

Uma das ações que marcou o início desse processo foi a Reforma Francisco Campos (1931) que foi a primeira reforma estrutural na educação brasileira, vindas de decretos publicados por Francisco Campos que foi o primeiro ministro da educação do Brasil, assumindo o cargo em 1930. As principais mudanças feitas pela nova legislação ocorreram no ensino secundário, que compreendia os jovens entre 12 e 18 anos, e que foi ampliado para 7 anos de duração. Nessa configuração, os primeiros cinco anos englobavam um currículo comum. Já os dois últimos, eram direcionados para áreas de interesses: pré-jurídica, pré-médica e pré-politécnica (SILVA, 2016).

[...] a finalidade do ensino secundário é, de fato, mais ampla do que a que se costuma atribuir-lhe. Via de regra, o ensino secundário tem sido considerado entre nós como um simples instrumento de preparação dos candidatos ao ensino superior, desprezando-se, assim, a sua função eminentemente educativa que consiste, precisamente, no desenvolvimento das faculdades de apreciação, de juízo, de critério, essenciais a todos os ramos da atividade humana, e, particularmente, no treino da inteligência em colocar os problemas nos seus termos exatos e procurar as suas soluções adequadas (CAMPOS, 1931).

O ensino secundário era voltado para as classes média e alta, objetivando principalmente a inserção nos cursos superiores, criando uma elite intelectual, um corpo técnico-burocrático para formação de quadros dirigentes (BRITO, 2006). O modo como o ensino secundário ficou estruturado no Brasil tinha um caráter evidentemente dualista. O currículo era extremamente vasto, e eram administrados durante todo o ano letivo exames rigorosos, o que levava alguns autores considerarem a educação secundária no Brasil como “elitista” e essa dualidade ficou ainda mais clara, pois a Reforma Francisco Campos também foi parte fundamental para o início do desenvolvimento do ensino

profissionalizante no Brasil. Enquanto o ensino secundário era voltado para uma minoria, sendo esta praticamente a única modalidade que permitia o ingresso em cursos superiores, o ensino profissionalizante era direcionado para as classes mais baixas. O grau de escolaridade atribuído pelas duas modalidades era equivalente.

Apesar de ser lembrada como uma reforma elitista, inegavelmente as mudanças promovidas por Francisco Campos modernizaram a educação brasileira, como a obrigatoriedade da presença em no mínimo três quartos das aulas. O aluno que não estivesse presente durante três quartos do ano letivo, não poderia prestar os exames finais, diferentemente do período do Império e da Primeira República nos quais o estudante poderia solicitar a realização dos exames finais sem ter participado das aulas. Essa medida mantém-se até os dias atuais.

Uma das ações mais importantes desse período ocorreu em 1932, onde alguns intelectuais brasileiros como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira e outros assinaram o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, onde os progressistas defendiam o avanço da educação no país, através de propostas constituintes para garantia do estabelecimento de um sistema educacional íntegro e com maior participação do Estado, uma escola para o povo, democrática e acessível.

[...] deixa de constituir um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, para assumir um ‘caráter biológico’, com que ela se organiza para a coletividade em geral, reconhecendo a todo o indivíduo o direito a ser educado até onde o permitam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social.” (MANIFESTO, 1932, p. 42).

Com o capitalismo e diante de um mundo moderno surgiram grandes tensionamentos, os intelectuais ligados a educação concluíram que as instituições escolares deveriam, ser atualizadas com a nova realidade social e para isto fazia-se necessário a criação de aparatos normativos-jurídicos que pudesse regulamentar e padronizar os sistemas de ensino no país.

Nesse cenário , foi importante a promulgação da Constituição Federal de 1934 teve como contexto político-ideológico, no campo educacional as disputas entre os escolanovistas e os católicos. Os interesses de ambos os movimentos foram abarcados

pela Constituição, escrita pelo ministro Francisco Campos. Do lado dos renovadores, a educação passou a ser vista como um direito de todos e um dever do Estado, assegurando sua gratuidade. Já pelo lado dos católicos, o ensino religioso tornou-se facultativo nas instituições públicas de ensino (ANDREOTTI, 2006)

Desse modo, tanto a Constituição de 1934 como o manifesto de 1932 traçaram pela primeira vez as linhas de uma política educacional brasileira, porém a Constituição de 1934 foi substituída pela de 1937 imposta por Getúlio Vargas como uma tentativa de se manter no poder e seguindo a esse episódio ele instaurou a Ditadura denominando-a como Estado Novo. Todavia, a Constituição de 1934 foi a primeira a incluir um capítulo referente a educação tratando-a da seguinte forma:

Art. 149 – A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Após fechamento do Congresso e a assinatura de uma nova Constituição em 1937, Getúlio Vargas se pronunciou tentando justificar o novo regime instaurado, ao povo brasileiro, Vargas defendia o golpe como único meio possível diante ao perigo do comunismo, focando na radicalização política que atingiu o país e anunciou assim a série de medidas que pretendia com elas promover o bem estar e desenvolvimento da nação. Dentre essas medidas estava a submissão dos governadores de estado ao governo federal e a exclusão dos órgãos legislativos, criando com isso novos meios de intervenção e departamentos administrativos, para assim fortalecer o poder Executivo.

Vargas alegava que a Constituição de 1934 com seu liberalismo, colocou em risco os interesses privados, por isso tomou as medidas e na carta de 1937 concentrou o poder político ao presidente da República. Dando assim uma maior atenção a educação, pois as elites políticas viam como um meio de controle ideológico da juventude, além da preparação para os futuros postos de trabalho de acordo com a necessidade dos grupos pertencentes. Portanto:

A educação era apontada como um dos pontos chave do novo governo, cujo principal objetivo consistia em formar um novo homem para atuar em uma nova proposta de sociedade. É sob esta perspectiva que o Governo Getulista a via como aspecto importante para o desenvolvimento do país. A preocupação voltava-se para o

desenvolvimento do sentimento patriótico de uma forma ordenada e constante, vinculando estes valores às propostas reformistas no campo da educação (QUADROS, 2013, p. 56).

O golpe foi um período de grande repressão, que atingiu não apenas comunistas ou liberais, mas aqueles também os integralistas<sup>4</sup>, e com isso junto aos outros partidos políticos, a Aliança Integralista Brasileira foi fechada por decreto presidencial. Após essas medidas foi instaurada a DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda que exercia forte censura nos meios de comunicação, suprimindo eventuais manifestações de descontentamento. O sistema propagandístico montado no governo de Getúlio Vargas foi pensado nos moldes do nazismo e do fascismo a fim de reformular os mecanismos de controle social considerados inadequados aos novos tempos (CAPELATO, 2009).

O texto da nova Constituição foi elaborado em sua grande parte por Francisco Campos, inspirado na constituição da Polônia, criando assim então um estado corporativista. Um capítulo em destaque para a educação e a cultura os artigos 128 a 134, que foi mantido no Estado Novo, destaca no artigo 128:

Art. 128 - A arte, a ciência e o ensino são livres à iniciativa individual e a de associações ou pessoas coletivas públicas e particulares. É dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino.

Apagando assim a exigência de um plano nacional de educação, sendo a obrigação do poder público apenas para aqueles que não tiverem recursos para se manter em uma instituição privada de ensino. Desse modo o ensino profissionalizante passa a ser a principal obrigação do Estado em matéria de educação, destinadas “às classes menos favorecidas” (Art. 129). Como observa ROMANELLI (1999, p. 153): “Aquilo que na Constituição de 1934 era um dever do Estado passa, na Constituição de 1937, a uma ação meramente supletiva.”

E a partir de 1942, o então Ministro da Educação Gustavo Capanema que havia deixado recentemente o cargo de presidente da província de Minas Gerais, assumindo o

---

<sup>4</sup> Os Integralistas foram um movimento político brasileiro de inspiração fascista, que teve grande expressão nas décadas de 1930 e 1940. Seu líder foi Plínio Salgado, que fundou a Ação Integralista Brasileira (AIB) em 1932. Os integralistas pregavam o nacionalismo extremo, o anticomunismo, o antiliberalismo e a valorização das tradições brasileiras. Eles defendiam um Estado forte, autoritário e centralizador, e pregavam a união de todas as classes sociais em torno dos valores nacionais. O movimento foi proibido pelo governo Vargas em 1937, mas continuou a existir de forma clandestina até o final da década de 1940.



Ministério da Educação e Saúde, marca sua gestão com uma série de publicações de decretos-lei, conhecidos como Leis Orgânicas da Educação ou Reforma Capanema.

Destacando quatro dos decretos que foram editados durante o Estado Novo: Decreto-lei 4.073, em 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial); Decreto-lei 4.048, em 22 de janeiro de 1942, cria-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Decreto-lei 4.244, em 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário) e Decreto-lei 6.141, em 28 de dezembro de 1943 (Lei Orgânica do Ensino Comercial).

Com o fim do Estado Novo e o golpe militar que derrubou Vargas em 1945, veio então a Constituição de 1946 no Governo Provisório que era exercido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), mais quatro decretos-leis foram publicados, sendo eles: Decreto-lei 8.529, em 02 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Primário); Decreto-lei 8.530, em 02 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal); Decreto-lei 8.621 e 8.622, em 10 de janeiro de 1946, cria-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Decreto-lei 9.613, em 20 de agosto de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Agrícola). Diante dessa legislação o Governo Varguista deixa clara a intenção de estruturar o ensino técnico profissional e com a criação do SENAI faz a convocação do empresariado nacional a participar dessa empreitada.

A estruturação definitiva dos cursos técnicos profissionalizantes, destinados aos filhos da classe trabalhadora, é de mérito da reforma educacional feita pelo Ministro Gustavo Capanema, e estava estabelecido pela Carta Constitucional outorgada por Getúlio Vargas, em 1937. Assim, o sistema de ensino passa a ser organizado nos níveis de ginásio e ensino secundários, destinados, majoritariamente aos filhos da burguesia e classe média brasileira e, o ensino técnico-profissionalizante aos filhos da classe trabalhadora. Tudo já estava esquematizado, porém, não deixou claro ao povo que continuou sem escola na sua grande maioria, e os que conseguiam de algum modo fazer o exame de admissão ao ginásio, claramente, preferiam o curso secundário, pois somente assim teriam acesso ao curso superior.

Esse ponto da legislação educacional do período Capanema é totalmente discriminatório em relação às massas populares e destacava ainda mais o já conhecido “dualismo” do sistema educacional brasileiro, muito bem caracterizado por Anísio

Teixeira na feliz expressão: “de um lado a escola para os nossos filhos, de outro, a escola para os filhos dos outros”.

A escola secundária brasileira sempre foi, no passado, uma escola preparatória. Preparava os candidatos ao ensino superior; como escola de “preparatórios”, tinha objetivos determinados e uma clientela determinada. A clientela era a que se destinava ao ensino superior; e os objetivos, os de fornecer o que, na época, se chamada de cultura geral. Tal escola secundária, como aliás a escola secundária de todo o mundo, sendo preparatória para o ensino superior, não visava a dar nenhuma educação específica para ensinar a viver, ou a trabalhar, ou a produzir, mas, simplesmente, a ministrar uma educação literária, que era toda a educação que a esse tempo se conhecia (TEIXEIRA, 1999, p. 175).

Portanto, mesmo que detalhadas ainda durante o Estado Novo, a reforma do ensino primário e a do curso normal foram publicadas no ano de 1946, e com o ditador já fora do poder, destaca-se no Artigo 130 da Constituição de 1937 o estabelecimento de que

Art. 130 - O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar, escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar

A Carta Constitucional de 1946 inspirou-se nos conjuntos de ideias liberais e democráticas. Com um capítulo dedicado à educação (artigos 166 a 175), essa Carta contém outros pontos que interessam diretamente à educação. Assim é que o artigo 141, § 5º, declara livre o pensamento sem que dependa de censura prévia. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do poder público. De acordo com o parágrafo 7º do mesmo artigo: “é inviolável a liberdade de consciência e crença...”, e o parágrafo 8º declara que: “por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política, ninguém será privado de nenhum dos seus direitos”. O artigo 168 garante a “liberdade de Cátedra”. O artigo 173 estabelece que “As ciências, as letras e as artes são livres”.

Nos termos do artigo 5º, inciso XV, volta a integrar o texto Constitucional, dispositivo presente na Constituição de 1934, e que fora revogado pela Carta do Estado Novo que afirma ser competência privativa da União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.

Sancionada pelo presidente Dutra em 1946, a nova Constituição Federal previa a elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que pudesse reformular o sistema nacional de ensino pelo poder Legislativo. Em comparação as leis orgânicas da Era Vargas, construída lentamente pelo poder legislativo a ideia de uma LDB representaria um avanço democrático. Porém a primeira LDB foi aprovada somente em 1961, 13 anos após tantos debates e movimentos sociais para a construção da mesma. Sobre o longo período, RIBEIRO (1984, p. 135) comenta que

Até 1952, o projeto não passou do exame das comissões parlamentares; de 1952 a 1958, transcorre uma fase de debates sobre a interpretação do texto constitucional e, de 1958 a 1961, transcorre uma segunda fase de debates no plenário da Câmara, iniciada a partir da apresentação de um substitutivo do então deputado Carlos Lacerda.

Antes da aprovação da LDB em 1961, a composição do ensino brasileiro era dividida em três níveis, sendo eles, primário, médio e superior. No ensino primário que era o alfabetizador, continha uma subdivisão que era o ensino fundamental para crianças de 7 a 12 anos e o “supletivo” que era a educação de jovens e adultos. De acordo com a Lei Orgânica do Ensino Primário (1946) era determinado a obrigatoriedade e gratuidade do ensino, entretanto, não se cumpria essa determinação, devido a insuficiência de escolas, a falha no ensino e a pobreza da população, que não tinham condições suficientes de alimentar e vestir seus filhos, além de não poderem dispensar o trabalho dos jovens que era de onde vinha a complementação da renda, causando com isso o grande índice de evasão escolar.

Esse quadro se agravava pela carência de professores qualificados que se fizessem cumprir a lei, pois somente uma parte dos professores em exercício possuíam diploma de ensino superior, além também da má remuneração destes.

Já o ensino médio era composto de um ciclo bem diferente dos dias atuais, sua divisão era no “ensino secundário” que era conhecido como ginasial e colegial e o “ensino técnico-profissionalizante” que poderia ser agrícola, comercial, industrial ou normal, sendo o último para formação de professores. Como citado anteriormente o ensino secundário era designado a formação das elites dirigentes e preparo para o ensino superior, sendo o ensino técnico voltado as classes populares com caráter terminal, no qual o diploma não permitia o acesso as universidades. E por fim vinha o ensino superior

que foi citado anteriormente onde a restrição do acesso as universidades se davam aos estudantes ricos que tinham tido acesso e concluído o ensino secundário.

Dado início em 1948 pelo ministro Clemente Mariani a uma luta de ideias em torno de propostas institucionais, com destaque na responsabilidade do estado quanto a educação, dando início a uma longa discussão de treze anos sobre a LDB, como explica Figueiredo:

Desde a redemocratização do país em 1946 é retomada a luta dos ‘pioneiros da educação nova’. Em 1948 é apresentado pelo ministro Clemente Mariani um anteprojeto da LDB à Câmara dos Deputados [...]. Por ter sofrido grande oposição, liderada por Gustavo Capanema, que defendia o controle da educação pela União, o projeto foi ‘engavetado’ e só retomado em meados da década seguinte com a apresentação de substitutivos por Carlos Lacerda, sob orientação privatista (FIGUEIREDO, 2005).

No Brasil, as discussões sobre educação e qualificação profissional ganhou maior destaque na década de 1950, durante o período de industrialização acelerada, que foi determinado pelo processo de substituição de importações. A educação pública, então, incapaz de responder, com a velocidade necessária devido a falta de acesso a educação pública de forma estratégica que eram ofertados pelo Estado de modo que o setor privado estivesse em benefício e avanço, as necessidades do mercado de trabalho emergente e específico para cada novo ramo industrial.

Em 1950 Getúlio Vargas novamente foi eleito presidente do país pelos partidos PTB - Partido Trabalhista Brasileiro e PSP – Partido Social Progressista. No período de seu mandato foram criados planos econômicos, a criação da Petrobrás, dentre outros investimentos nas indústrias de base. Vargas criou em 1951 o Conselho Nacional de Pesquisa (CNP) e a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no ano de 1954 a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) estes foram os investimentos realizados na educação, não haviam estudos e nem projetos visando a melhora qualitativa do ensino que se mantinha seletivo e excludente, além do descumprimento do repasse de verba integral destinado a educação prevista na Constituição.

Com a restrição de capital de outros países e o aumento de 100% do salário mínimo, Getúlio fortaleceu a simpatia e apoio dos trabalhadores, porém os militares não estavam satisfeitos com esse feito do então presidente. A partir daí houve um protesto

denominado Manifesto dos Coronéis, alguns atendados que resultaram em uma crise política que levou Getúlio Vargas a cometer suicídio em 24 de agosto de 1954, deixando uma carta testamento que foi apresentada a população, assumindo o cargo então o vice-presidente até as eleições de 1955.

Nas eleições de 1955, Juscelino Kubitschek foi eleito presidente tendo como seu vice João Goulart (Jango), com uma política denominada desenvolvimentista, com o Plano de Metas “cinquenta anos de progresso em cinco de governo”, que consistia no desenvolvimento principal de infraestruturas, como a criação de indústrias, rodovias, hidrelétricas e aeroportos.

Com a permissão de Juscelino para a entrada de capital internacional, através das multinacionais, Ford, Volkswagen, Willys e General Motors que se concentravam na região sudeste do país. Sendo estas empresas isentas de pagamentos de impostos mediante associação com o capital nacional. Tornando assim através desse capitalismo “associado” o Brasil cada vez mais dependente politicamente e economicamente.

A construção de Brasília foi a principal obra deste governo de Juscelino Kubitschek, com a ideia de trazer mais movimento para a região centro oeste o que acaba resultando no aumento populacional nessa região, impacto resultante de um modelo econômico planejado pela burguesia e implantado pelo populismo. Rodrigues (2003, p. 35) relata os avanços conquistados pelo desenvolvimentismo:

Entre as camadas altas e médias da população urbana assiste-se a uma padronização do consumo provocada pela expansão da propaganda, instrumento básico para a ampliação do comércio e da produção. [...] Esta é a época em que o avanço dos meios de comunicação de massa [...] a padronização dos hábitos do consumo e dos comportamentos atinge apenas parcela da população, em parte devido ao baixo padrão e vida do brasileiro. Nossa cultura hoje continua imensamente diferenciada e marcada por conflitos de classe e por desníveis regionais.

É nesse contexto que o governo promove a expansão do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Empresarial (Senac) para oferecer a quantidade e a qualidade necessárias à qualificação da mão de obra. Aos primeiros sinais de esgotamento do modelo de crescimento, a discussão sobre a importância da educação foi fortalecida.

A teoria do Capital humano, pensa em investimento em recursos humanos para evitar a subutilização do investimento em capital físico, assim a oferta educacional expande-se depressa em todos os níveis. Surgindo com isso a fragmentação da educação brasileira em duas partes distintas, a educação formal e a educação para o trabalho que nesse período era quase exclusiva do SENAI e SENAC.

O processo educativo tem que obrigatoriamente contribuir para o desenvolvimento integral do ser humano, educando-o para a prática da cidadania de modo individual e coletivo. No Brasil o ensino da formação profissional limitou-se a uma educação para o trabalho e destacou a educação técnica que oferece saídas a pessoas que não tem expectativas de chegar a níveis superiores de escolaridade formal.

## 2.2 Educação Profissional brasileira na política neoliberal

A Educação Profissional no Brasil sofreu diversas transformações durante o período ditatorial (1964-1985) e o avanço da política neoliberal nas últimas décadas. Durante o regime militar, o ensino técnico foi incentivado como forma de instrumentalizar a força de trabalho e atender aos interesses da indústria nacional, visando ao desenvolvimento econômico e à estabilidade política do país.

No período da ditadura militar, no que se refere a legislação educacional vigente, era a LDB 4024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que vigorou até 1971, que tratou da oferta educacional em níveis da Educação primária, Educação de grau médio e Ensino Técnico. No período ditatorial, além da LDB 4024/61 existiram outros dois documentos norteadores para a educação brasileira, sendo elas as leis 5.540/68 que cria o vestibular para acesso ao ensino superior como citado em seu Art. 21, parágrafo único, no qual, define como seria o vestibular daquele momento em diante:

Art. 21. O concurso vestibular, referido na letra a do artigo 17, abrangerá os conhecimentos comuns às diversas formas de educação do segundo grau sem ultrapassar este nível de complexidade para avaliar a formação recebida pelos candidatos e sua aptidão intelectual para estudos superiores. Parágrafo único. Dentro do prazo de três anos a contar da vigência desta Lei o concurso vestibular será idêntico em seu conteúdo para todos os cursos ou áreas de conhecimentos afins e unificado em sua execução, na mesma universidade ou federação de escolas ou no mesmo estabelecimento isolado de organização pluricurricular de acordo com os estatutos e regimentos. (BRASIL, 1968).

O parágrafo citado destaca a necessidade do vestibular para o acesso ao ensino superior, que por si só já é um processo que exclui as classes trabalhadoras de baixa renda, pois o vestibular deveria conter todo conteúdo das disciplinas aplicadas naquele e nos próximos anos desde a sua publicação.

A lei 5.692/71 que vem atualizar a anterior, ambas promulgadas no regime da ditadura militar, diferencialmente do que a lei anterior apontava, com a separação entre o ensino propedêutico e o ensino profissionalizante, a Lei 5692/71 vem estabelecer o ensino profissionalizante universal e obrigatório para desviar o foco dos jovens que se candidatavam ao ensino superior, pois o alvo desde então se tornou o mercado de trabalho.

Com essa reforma no ensino houve uma piora tanto no preparo dos candidatos para a entrada no ensino superior, quanto no próprio ensino médio, chamado a partir de então de 2º grau. Seu principal objetivo foi reformular o processo de formação técnica-profissional com base nas novas demandas postas no mercado de trabalho a partir da adoção do processo de produção flexível. Para Cunha (2005), a produção flexível<sup>5</sup> substituiu o modelo taylorista/fordista, sendo crucial para o aparecimento de novos modelos educacionais. Isto demonstra a interferência da economia na educação.

Embora o aluno buscasse a conclusão do segundo grau e posteriormente o ingresso no ensino superior, pela lei era obrigado a fazer um segundo grau profissionalizante. Sendo assim todas as escolas estariam obrigadas a oferecer a profissionalização dos estudantes secundaristas.

Kuenzer (1997) destaca pontos importantes para compreensão do objetivo dessa lei:

É eliminado o sistema de ensino baseado em ramos, cria um único sistema fundamental, fundindo o primário com o ginásio que será chamado de 1º grau e será feito em oito anos e implanta uma nova estrutura de ensino; [...] A equivalência entre o ramo secundário e propedêutico é substituída pela obrigatoriedade da habilitação profissional para todos os que cursassem o que passou a ser chamado de 2º grau sendo cursado entre três a quatro anos; [...] Os currículos do 1º e 2º graus passam a ter duas partes: uma de núcleo comum, com disciplinas obrigatórias em todo o país e outra diversificada, segundo as peculiaridades locais, plano dos estabelecimentos e diferenças individuais dos alunos (1997, p.16-21)

Conforme mencionado anteriormente, a ideia da especialização do ensino surgiu com a inserção do país na economia internacional, ou seja, neste caso o sistema educacional cumpriria o papel de preparar recursos humanos para este novo mercado.

As reformas propostas visam, portanto, coibir o movimento operário e institucionalizar a formação necessária ao crescimento produtivo da economia do país que a burguesia almeja, o que exige uma qualificação mínima dos profissionais do setor.

---

<sup>5</sup> Para Harvey (1993, p. 140) a produção flexível, denominada por ele de acumulação flexível, “[...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo, ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviço”, bem como conjuntos industriais completamente novos [...]”.)



Verifica-se que a lei foi um fracasso, contribuindo para o aumento ainda mais da dualidade estrutural presente na educação com o objetivo abstrato de uma escola única para todos, porém, na realidade, não garantia a ascensão social, pelo contrário, distanciava os jovens do direito à formação de nível superior.

Na sequência, a dualidade ainda permaneceu nas entrelinhas do sistema educacional do país, embora a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus tenha passado por reformas. Apesar de a Lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971) ter sofrido algumas alterações em sua essência, sobretudo no que se refere ao fim da obrigatoriedade da profissionalização, quando o Art. 23 desta Lei é revogado pela Lei nº 7.044/82, na qual o termo profissionalização obrigatória é substituído pelo termo preparação para o trabalho, a problemática da dicotomia estrutural permanece nas reformas educacionais no país.

Na medida em que se consolidava o processo de industrialização no Brasil, fortalecia-se o discurso de que o desenvolvimento econômico exigia qualificação e, relacionado a isso, canalizava-se para a sociedade um modelo econômico associado ao capitalismo internacional, sempre usando a LDB como referência e reprimindo os movimentos sociais que questionassem as normativas vigentes. A lei era vista como um movimento de esquerda que poderia comprometer ou derrubar a "ordem social".

Segundo Frigotto (1998), mesmo com a transição do cenário político ditatorial para a democracia, as políticas destinadas à educação não garantem equidade para a população, e mantêm a dependência internacional. A educação formal e a qualificação são colocadas como elementos da competitividade, da reestruturação produtiva e da empregabilidade.

Nesse movimento, esconde-se uma modificação importante na sociabilidade capitalista e no campo educacional que resulta dessa construção de um ideal iniciado com a LDB de 1971. Os órgãos públicos garantem apenas um nível mínimo de escolaridade e de suporte à população mais pobre. O Banco Mundial situa a educação e a qualificação como estratégia para alívio da pobreza, o que, no plano ideológico, coloca esses temas como "assistência" ou "filantropia" para a política pública. Desloca-se a responsabilidade social para o plano individual, ou seja, embora existam políticas declaradas de emprego e renda, dentro de um projeto de desenvolvimento social são os próprios indivíduos que

devem adquirir competências ou habilidades no campo cognitivo, técnico, de gestão e atitudes para se tornarem competitivos e empregáveis (Frigotto, 1998).

O sistema educacional passou por diversas mudanças para adequar-se a lógica economicista que tem por objetivo moldar a educação aos mesmos princípios do mercado de trabalho. No Brasil a política econômica neoliberal iniciou nos anos de 1980 e se firmou nos anos 1990.

A concepção neoliberal passou a direcionar a política a partir do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e foi consolidada no governo de FHC (1995-2002), por meio de uma série de reformas do Estado, sendo a privatização um dos eixos centrais. Segundo CHAVES, LIMA E MEDEIROS (2008), é que “trata-se da implantação de um Estado, economicista e empresarial-gerencialista, onde a satisfação das demandas do mercado e de sua lógica da competição ocupam lugar de destaque” (p. 345), na qual “a defesa da universalização dos direitos sociais foi substituída pela da focalização e o princípio da igualdade pelo da equidade” (p. 333).

Para esses autores, a política de focalização na área educacional revela-se através da priorização dos recursos da União, para o atendimento do ensino fundamental em detrimento dos demais níveis de ensino reduzindo os investimentos públicos para as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, conduzindo-as a conseguir recursos no mercado e parcerias público-privadas e pela criação de bolsas para estudantes do ensino superior privado.

De acordo com CHAVES, LIMA E MEDEIROS (2008), as reformas neoliberais, políticas e econômicas, que se iniciaram no governo de FHC (1995-2002), causaram impactos significativos na redefinição do papel do Estado e no desenvolvimento das políticas públicas. Todavia, as políticas neoliberais, a respeito de sua ordem ao poder auto regulador do mercado, não conseguiram alterar a realidade social do país, pois os quadros de desigualdades foram intensificados. Com isso a educação, bem como toda área social sofreu consequências da redução de recursos no orçamento geral.

A década de 1990 marcou um grande salto nas matrículas em todos os níveis de ensino e uma transformação da educação brasileira. Cunha (2000) afirma que, no período 1991-1996, um aspecto marcante do ensino brasileiro foi o crescimento do número de alunos do ensino médio da ordem de 52%, o que gerou a pressão por novas vagas no

ensino superior. Nesse contexto, o Brasil consolidou o processo de diversificação do sistema de ensino superior e o colocou em prática como política educacional, com foco na expansão desse nível de ensino diante da procura crescente por vagas, através de mecanismos que aspiram à massificação do ensino superior, principalmente a partir da década de 1990.

As reformas educacionais implementadas e propostas no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) buscaram por meio da descentralização administrativa, financeira e pedagógica gerar a ampliação do acesso à educação a partir de uma lógica racional, tendo como paradigma o preceito da economia privada (OLIVEIRA, 2011).

Frigotto e Ciavatta (2003) afirmam que o projeto educativo do governo FHC apresentava coerência quando articulado ao projeto de ajuste da sociedade brasileira às demandas da globalização econômica. As necessidades da sociedade organizada foram substituídas por medidas produzidas por segmentos do governo, que impunham políticas de cima para baixo, e de acordo com os princípios do ajuste.

A proposta de governo de FHC<sup>6</sup> teve duas grandes linhas de gestão que, de acordo com CASTRO (2010) estavam focalizadas na educação básica, considerada o elo mais frágil da educação brasileira e na redefinição dos papéis do governo federal na educação, sendo que ao Ministério da Educação (MEC) seria dado “um papel de formulador de políticas e prepará-lo para exercer as funções de controle de qualidade” (p. 271). Tornando assim o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP<sup>7</sup>) o órgão do Ministério da Educação (MEC) responsável pelas estatísticas da educação básica e superior através das suas avaliações.

Nesse cenário foram propostas mudanças no campo da política educacional brasileira, especialmente no ensino superior, que foram consolidadas com a criação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases para a educação brasileira: a LDB de 1996. A LDB/1996 instituiu princípios que modificaram a organização desse nível de ensino em

---

<sup>6</sup> O governo de FHC apresentou como um dos seus grandes feitos a segurança da estabilidade econômica obtida pelo Plano Real, que conseguiu controlar a hiperinflação de quase três décadas que o país vinha sofrendo (OLIVEIRA, 2011). Segundo a autora essa estabilidade de margem para que o governo executasse um conjunto de reformas na esfera do estado. Pautada na alteração na forma de gestão das políticas públicas e na privatização de empresas estatais desse modo foi organizada a reforma.

<sup>7</sup> Criado por meio da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, promulgada pelo presidente Getúlio Vargas, na gestão de Gustavo Capanema, na época à frente do recém-criado Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (MES), o Inep foi inicialmente denominado de Instituto Nacional de Pedagogia, com a função de realizar pesquisas sobre os problemas do ensino no Brasil, atribuição até então do Departamento Nacional de Educação. Manuel Bergström Lourenço Filho, à época diretor-geral desse departamento, conduziu o processo de organização do novo instituto que teve seus trabalhos iniciados, de forma efetiva, em 1938, sob a Direção-Geral do próprio Lourenço Filho e já com a denominação de **Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos**.

harmonia com as recomendações dos organismos internacionais<sup>8</sup>, com ênfase na descentralização e flexibilização<sup>9</sup>.

As forças progressistas da sociedade brasileira contestaram a LDB (lei nº 9.394/96), bem como as Diretrizes Nacionais para o ensino Técnico e Médio (Pau-Brasil, CNE, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b). Por outro lado, segmentos conservadores as assimilaram, embora de maneira contraditória. A implementação deste regulamento foi responsável pela política de democratização e melhoria da qualidade da formação profissional. Entretanto, de 1996 a 2003, ocorreu uma batalha para cancelá-lo, evidenciando a necessidade de criar novas regras em consonância com os ideais das realidades cambiantes da classe trabalhadora brasileira.

Desta maneira, observou-se a consolidação das estratégias de diversificação e ampliação do acesso ao sistema de ensino superior por meio da criação de IES privadas por todo o país, mostrando a clara inferência à privatização da educação superior. Esse movimento expansionista pode ser constatado ao verificar que as matrículas no ensino superior privado passaram de 970.584, em 1994, para 2.428.258, em 2002, um crescimento de 150,2%, contra o crescimento de 52,3% do setor público, no mesmo período em análise (BRASIL, 2004).

Para Frigotto e Ciavatta (2003), o projeto de educação básica daquela gestão afirmou-se segundo a lógica unidimensional do mercado, tanto no âmbito organizativo quanto no do pensamento pedagógico. Foram utilizadas medidas paliativas para reiterar o desmantelamento da educação pública, em todos os níveis, em virtude da ausência de uma efetiva política pública, com investimentos no campo educacional.

Foram criadas políticas avaliativas, no início do governo FHC, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e o Exame Nacional de Cursos (ENC, o denominado Provão), bem como se deu continuidade ao Sistema de Avaliação da Educação Básica

---

<sup>8</sup>Dentre os organismos internacionais, estamos considerando especificamente o Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

<sup>9</sup>A **LDB/1996 (BRASIL, 1996)**, dentre outras medidas, flexibilizou as formas organizacionais de oferta da educação superior, permitindo, a partir de 1997, a criação de centros universitários e, de 1999, a dos centros de educação tecnológica e faculdades de tecnologia.

(Saeb), formalizado em 1994, pela Portaria n. 1.795, de 27 de dezembro (FREITAS, 2004).

O governo FHC aprovou regulamentações e legislações para o ensino superior alinhadas com a política governamental que atendia a lógica de expansão dos setores privatistas e para a reformulação da política brasileira da educação superior, “sob um duplo viés: ampliação do número de instituições de ensino superior (IES) privadas e privatização interna das IES públicas” (MANCEBO; SILVA JR.; OLIVEIRA, 2008).

Para Ferreira (2012, p. 461), “as universidades passaram ser vistas a partir de uma visão mais pragmática e utilitária dos seus serviços, [...], modificando expressivamente os referenciais da sua finalidade e relevância social”. Outras medidas no governo FHC de reestruturação da educação superior e das universidades públicas que valem ser ressaltadas foram: a Lei 10.168/2000, que instituiu o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação a partir de parcerias entre universidades, centros de pesquisa e o setor privado; a Lei 10.260/2001, que estabeleceu sobre o Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (Fies)<sup>10</sup> e que autorizou a alocação de verbas públicas para as IES privadas, que apresentassem avaliação positiva (conceitos A, B ou C nas três últimas avaliações e cursos regularmente reconhecidos), garantindo a ocupação de parte das vagas do setor privado e a Lei 10.173/ 2001, que aprovou o PNE.

O PNE<sup>11</sup>/2001 configurou-se como plano nacional para a educação e sinalizou diretrizes e metas para os 10 anos seguintes. Segundo Dourado (2011b, p. 29), “o PNE configurou-se como plano formal, marcado pela ausência de mecanismos concretos de financiamento”, o que colaborou para que as metas definidas pelo plano não se materializassem e nem “foi considerado como referência para as políticas e gestão do governo FHC” (p. 24).

Ao final do governo FHC, a educação nacional se apresentava fragmentada, segmentada e dispersa, o que não colaborou para instituir bases de cooperação, integração

---

<sup>10</sup> O **Fies** trata-se de um programa de bolsas reembolsáveis, no qual o aluno beneficiário, após a conclusão do curso, retorna e paga ao governo federal o financiamento estudantil recebido.

<sup>11</sup> O **PNE** teve tramitação *sui generis*, abrangendo o projeto da sociedade brasileira e a proposta encaminhada pelo Executivo Federal, que expressavam concepções e prioridades educacionais distintas. A proposta da sociedade brasileira não foi incorporada ao plano aprovado. A respeito das propostas de PNE, ver: Dourado (2011a, 2011b).

e coesão<sup>12</sup> entre os entes federativos e a sociedade. O fracasso do neoliberalismo tardio desse governo propiciou o favoritismo do candidato Lula nas eleições de 2002. No entender de Frigotto e Ciavatta (2003), houve uma vitória das forças políticas e sociais, o que efetivou a resistência ativa à ditadura civil-militar e à ditadura do capital com suas políticas neoliberais, o que levou à demanda de uma inversão de direção do modelo econômico e, conseqüentemente, nas esferas social e educacional.

Quando o presidente Luis Inácio Lula da Silva assumiu a presidência do Brasil em 2003, teve o apoio de onze partidos políticos, caracterizando um governo de coalizão partidária<sup>13</sup>. Esse governo intensificou o planejamento das atividades sociais econômicas, com investimentos em infraestrutura produtiva social. Houve um aumento de verbas na área educacional para as escolas e universidades.

Analisando as propostas<sup>14</sup> de governo dos dois mandatos de Lula, observa-se que três diretrizes para a educação foram traçadas: qualidade social da educação, democratização do acesso e garantia da permanência e democratização da gestão educacional. Elas direcionaram as ações desenvolvidas em todos os níveis e modalidades (BRASIL, 2006).

O governo Lula dedicou-se a rever o processo de municipalização predatória da escola pública e propôs vínculos de colaboração entre os entes federativos para promover a universalização da educação básica, com o objetivo de elevar a média de escolaridade da população brasileira e resgatar a qualidade do ensino, em todos os níveis. O projeto de educação desse governo teve inicialmente três diretrizes gerais: “a) democratização do acesso e garantia de permanência; b) qualidade social da educação; c) instauração do regime de colaboração e da democratização da gestão” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 188-189).

Neves (2005) pontua alguns programas educacionais que surgiram no primeiro mandato e que se apresentaram prioritários: Reforma da educação superior; Alfabetizar

---

<sup>12</sup> A integração de uma sociedade está sujeita às políticas públicas e sociais que o Estado desenvolve e coloca em ação, e a coesão são “atitudes, valores e disposições favoráveis à cooperação, à confiança e à tolerância” (OLIVEIRA, 2011, p. 331)

<sup>13</sup> Uma coligação ou coalizão política é um pacto entre dois ou mais partidos políticos, normalmente de ideias afins, para participar de uma eleição, governar um país, uma região ou outra entidade administrativa.

<sup>14</sup> As propostas analisadas foram “Uma escola do tamanho do Brasil” (BRASIL, 2002) e “Programa Setorial de Educação 2007/2010” (BRASIL, 2006).

para Incluir; e criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Estes programas foram mantidos no segundo mandato do presidente Lula.

Em seu primeiro mandato Lula criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) com o objetivo de romper com a política de FHC baseada no ranqueamento das IES, propondo-se uma avaliação processual, considerada “emancipatória”. Criou-se, também, o Programa Universidade para Todos (PROUNI<sup>15</sup>), possibilitando a inclusão de mais estudantes no sistema de ensino superior brasileiro privado, por meio de uma política que previa o fornecimento de bolsas de estudo parciais e integrais nas IES privadas em troca da isenção de determinados impostos e contribuições, “expansão das Universidades Federais, do Prouni, da discussão e aprovação das normas que regem a Educação Superior, do desenvolvimento do VI Plano Nacional de Pós-Graduação e do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes)” (BRASIL, 2006, p. 8).

Em seu segundo mandato, Lula criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que pretendia estimular a concorrência entre as universidades federais por meio da gestão por resultados (Lima e Azevedo, 2008) e, contrariando a proposta inicial do SINAES, do primeiro mandato, que teria papel central de regulação, foram retomadas as velhas práticas de ranqueamento das IES, por meio da criação do Conceito Preliminar de Cursos (CPC) e do Índice Geral de Cursos (IGC), elaborados pelo próprio Ministério da Educação —MEC.

A educação durante o governo Lula (2003-2010), assim como foi no governo anterior, também enfatizou o ensino fundamental, de modo especial, com a ampliação de oito para nove anos de duração, mas com uma perspectiva diferente, não mais voltada

---

<sup>15</sup> O **PROUNI – Programa Universidade Para Todos** promove o acesso às universidades particulares brasileiras para estudantes de baixa renda que tenham estudado o ensino médio exclusivamente em escola pública, ou como bolsista integral em escola particular. Criado em 2004 e oficializado em 13 de janeiro de 2005 pelo Governo Federal, com a Lei 11.096, o PROUNI realiza importante trabalho de inclusão social pela concessão de bolsas de estudos de 50% e de 100% em instituições de ensino superior privadas, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica. Para requerer uma bolsa do PROUNI o candidato é obrigado a prestar o ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio (que avalia as habilidades e competências dos estudantes que concluíram o ensino médio) e obter média mínima de 450 pontos e nota maior que zero na redação.

para a visão empresarial, e sim focada na oferta da educação básica obrigatória e com qualidade.

Oliveira (2009) afirma que, nesse governo, o foco foi o crescimento do país e a inclusão social por meio de uma educação de qualidade acessível a todos. A ênfase, portanto, ocorreu no ensino superior, no incentivo à qualidade de educação básica, na alfabetização e na educação profissional.

Dourado (2005) comenta que durante os oito anos de gestão do governo Lula (2003-2010), tomou-se a qualidade como parâmetro para nortear suas diretrizes, metas e ações, em uma dimensão sócio-histórica. O compromisso dessa gestão com a qualidade social da educação implicou “assegurar-lhe eficiência, eficácia e efetividade social, de modo a contribuir com a melhoria da aprendizagem dos educandos e, desse modo, com a melhoria das condições de vida e de formação da população” (p. 21).

Diante da relevância da produção de conhecimento na área e das lutas sociais, a problematização acerca da política de educação profissional nos levou a analisar a trajetória adotada por essa política durante o Governo Lula, a qual representa uma disputa entre setores progressistas e conservadores da sociedade brasileira pela hegemonia nesse campo. Nesse sentido, este texto reflete sobre nossa participação, bem como a de outros estudiosos da área de Trabalho e Educação, em diversos fóruns de discussão e polêmica sobre os rumos da educação e da certificação profissional, do ensino médio, do ensino médio técnico e, mais recentemente, da educação de jovens e adultos.

Ao início do Governo Lula, o Ministério da Educação anunciou a intenção de reconstruir a educação profissional como política pública e

corrigir<sup>16</sup> distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e

---

<sup>16</sup> Entre essas correções, uma das mais relevantes, em razão do seu fundamento político e por se tratar de um compromisso assumido com a sociedade na proposta de governo, foi a revogação do Decreto n. 2.208/97, restabelecendo-se a possibilidade de integração curricular dos ensinos médio e técnico, de acordo com o que dispõe o artigo n. 36 da LDB . Por se tratar de um ato do Poder Executivo, a ele foi conferido um caráter de transitoriedade, o que tem justificado a ideia de se propor ao Congresso Nacional um anteprojeto de “Lei da Educação Profissional e Tecnológica” – que, a exemplo da Lei da Reforma Universitária, remonta à fragmentação do sistema educacional realizada pelas leis orgânicas dos anos de 1940.



tecnológica de jovens e adultos trabalhadores. (Brasil, MEC , 2005, p. 2)

Em 28 de julho de 2004, três dias após a publicação do Decreto n. 5.154/2004, o Programa Escola de Fábrica foi anunciado com um modelo limitado à aprendizagem profissional. Além disso, uma nova e complexa conjuntura foi enfrentada: a reestruturação do MEC que dividiu a política de ensino médio, separando-a da política de educação profissional e alocando-a na Secretaria de Educação Básica.

Medidas posteriores adotadas pelo Ministério da Educação comprovaram que a política de integração não era prioritária e que as equipes das secretarias envolvidas não possuíam uma concepção clara sobre o tema. Antes da reorganização ministerial, a estratégia pensada para consolidar a concepção de ensino médio e educação profissional sob os princípios do trabalho, ciência e cultura implicava na adoção de algumas medidas.

O Parecer n. 39/2004 afirma que a implantação da integração do ensino médio com a educação profissional, introduzida pelo Decreto, exige uma nova e atual concepção que deve partir do que está previsto no § 2º do Art. 4º do mesmo Decreto. Se uma nova concepção político-pedagógica é exigida, não seria adequado manter as mesmas diretrizes para o ensino médio e para a educação profissional técnica em vigor.

Embora reconheça a forma integrada como um curso único, com matrícula e conclusão únicas, o parecer afirma que os conteúdos do ensino médio e da educação profissional técnica são de "naturezas diversas". Isso reintroduz, dentro do currículo, uma dicotomia entre as concepções educacionais de uma formação para a cidadania e outra para o mundo do trabalho, ou de um tipo de formação para o trabalho intelectual e outro tipo para o trabalho técnico e profissional. Em contraposição a isso, defendemos que

No currículo que integra formação geral, técnica e política, o estatuto de conhecimento geral de um conceito está no seu enraizamento nas ciências como "leis gerais" que explicam fenômenos. Um conceito específico, por sua vez, configura-se pela apropriação de um conceito geral com finalidades restritas a objetos, problemas ou situações de interesse produtivo. A tecnologia, nesses termos, pode ser compreendida como a ciência apropriada com fins produtivos. Em razão disto, no currículo integrado nenhum conhecimento é só geral, posto que estrutura objetivos de produção, nem somente específico, pois nenhum conceito apropriado produtivamente pode ser formulado ou compreendido desarticuladamente da ciência básica. (Ramos, 2005, p. 120)

Após a edição do novo decreto, a manutenção da validade das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional é uma continuidade da política curricular do governo anterior, que enfatizava o individualismo e a formação por competências para a empregabilidade. Além disso, reforça-se o viés de adequação da educação aos princípios neoliberais. A organização da qualificação e requalificação, seja em forma de cursos ou módulos, deve corresponder às diferentes especialidades ou ocupações dos setores da economia, além de promover a elevação da escolaridade dos trabalhadores. Para isso, é fundamental que esses cursos obtenham aprovação legal, por meio da emissão de créditos e certificados escolares reconhecidos pelo MEC e MTE, e sejam vinculados aos processos regulares de ensino. Além disso, devem ser reconhecidos pelas empresas em negociações, convenções e contratos coletivos.

Durante o governo Lula (2003-2010), houve uma série de mudanças significativas na política educacional brasileira, incluindo no ensino técnico. O governo Lula colocou a educação como uma de suas prioridades, investindo em programas de inclusão social, expansão do acesso à educação e melhoria da qualidade do ensino.

Em relação ao ensino técnico, o governo Lula deu início a uma série de iniciativas que visavam expandir o acesso a essa modalidade de ensino e melhorar a sua qualidade. Uma das principais medidas foi a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), em 2011. Além disso, o governo Lula também investiu em programas de formação e capacitação de professores para o ensino técnico, como o Programa Nacional de Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (PROFEB), que visava melhorar a formação dos professores para a educação básica, incluindo o ensino técnico.(BRASIL, MEC, 2011)

A Política Nacional de Educação (PNE) de 2014 estabeleceu algumas metas para o ensino técnico no Brasil. Dentre elas, destacam-se: Expandir e interiorizar a oferta de educação profissional técnica de nível médio, em regime de colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, de forma a alcançar 50% das escolas públicas, em pelo menos 25% das matrículas de educação profissional técnica de nível médio até 2024. Ampliar a oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), de forma a atingir, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da expansão da oferta no segmento de 18 a 29 anos.

Articular a educação profissional técnica de nível médio com o ensino médio, de forma a integrar os itinerários formativos e promover a continuidade dos estudos dos estudantes. Aumentar a oferta de cursos técnicos em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do país, como tecnologias da informação e comunicação, energia, meio ambiente, recursos naturais, produção cultural e design. Estabelecer mecanismos de avaliação e monitoramento da qualidade da educação profissional técnica de nível médio, a fim de promover a melhoria contínua da oferta e dos resultados. Promover a formação inicial e continuada de profissionais da educação para a educação profissional técnica de nível médio, de forma a garantir a qualificação adequada dos docentes e demais profissionais que atuam nessa área.

Essas metas visam ampliar e melhorar a oferta de ensino técnico no país, bem como garantir a articulação com o ensino médio e a formação adequada dos profissionais que atuam nessa área, buscando atender às demandas do mercado de trabalho e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país.

### **2.3 Programas de Ensino Técnico no Brasil (2011-2022)**

É de grande importância abordar sobre os programas de ensino técnico no Brasil para compreendermos a evolução da educação profissional no país e seus impactos na formação e inserção dos jovens no mercado de trabalho. Destacando o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Programa Jovem Aprendiz, é possível observar os avanços e desafios na oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional.

Pela legislação atual no Brasil o ensino técnico é colocado como uma formação complementar ao ensino médio convencional e não conduz a uma titulação de nível secundário, porém, insere no mercado de trabalho a nível técnico qualificando assim de forma mais rápida para o trabalho na realidade brasileira atual. A educação profissional ou ensino técnico no Brasil é amparada pela LDB de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e também conta com dispositivos próprios, como é o caso da Lei 11.741/08, que institucionaliza as ações da educação profissional em todo o país.

#### **Pronatec**

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado em 2011, durante o governo da presidente Dilma Rousseff, pelo Ministério da Educação (MEC). O programa é uma ferramenta de acesso educacional destinado a estudantes e trabalhadores brasileiros que querem uma qualificação profissional para alcançar grandes oportunidades dentro do mercado de trabalho.

criado em 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) buscou ampliar o número de matrículas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada, com o objetivo de oferecer capacitação profissional para jovens e trabalhadores, principalmente os de baixa renda. O programa foi responsável pela expansão do número de matrículas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada, com um total de 9,4 milhões de matrículas entre 2011 e 2018." (FERNANDES, 2020, p. 71).

Com a finalidade de expandir e democratizar o ingresso de jovens e adultos de baixa renda a um ensino técnico de qualidade, por meio de cursos de educação profissional e tecnológica ofertados de forma gratuita. "O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) [...] teve como objetivo a democratização do acesso à educação profissional e tecnológica, ampliando a oferta de cursos em todo o território nacional" (Perin & Mendonça, 2016, p. 57).

Devido a alta taxa de empregabilidade pelos cursos profissionalizantes e técnicos oferecidos pelo Pronatec, o programa se torna muito atrativo aos estudantes que querem ingressar de forma rápida no mercado de trabalho, outro ponto atrativo é a oferta de cursos presenciais e EAD o que facilita a qualificação no caso de jovens e adultos já inseridos no mercado de trabalho e que querem se qualificar.

Abaixo está um trecho retirado do site oficial do Ministério da Educação, onde podemos encontrar informações sobre o programa. De acordo com as diretrizes elaboradas pelo governo Federal, o Pronatec tem os seguintes objetivos:

- expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância;
- construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais;
- aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica;
- melhorar a qualidade do ensino médio.

O programa é coordenado pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com outras instituições, como o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Sistema S (Senai, Senac, Senar, entre outros).

Entre as principais metas do Pronatec estão a oferta de cursos de formação inicial e continuada (FIC), cursos técnicos, cursos de qualificação profissional e programas de aprendizagem profissional, além do incentivo à expansão da rede de escolas técnicas e institutos federais. O programa também busca promover a integração entre a educação profissional e o mundo do trabalho, por meio de parcerias com empresas, sindicatos e outras entidades empregadoras.

Os cursos do Pronatec são oferecidos de forma gratuita em todo o país, tanto em escolas públicas como em instituições privadas, e podem ser realizados por jovens a partir dos 16 anos e por trabalhadores de todas as idades. As áreas de atuação dos cursos incluem desde tecnologia da informação e comunicação, meio ambiente e saúde, até turismo, gastronomia e construção civil, entre outras.

Além disso, o Pronatec oferece programas específicos para determinados públicos, como o Pronatec Aprendiz, destinado a jovens entre 14 e 24 anos que estejam cursando o ensino médio ou que já o tenham concluído e buscam uma formação técnica profissionalizante, e o Pronatec Mulheres Mil, voltado para mulheres em situação de vulnerabilidade social, que oferece cursos técnicos com ações integradas de formação, assistência social e cidadania. “O Pronatec pode ser considerado um programa com grande potencial para a melhoria da educação profissionalizante no Brasil, desde que haja um investimento contínuo e uma gestão eficiente e transparente.” (Kuenzer, 2016, p. 213)

Entre os resultados alcançados pelo Pronatec desde a sua criação, destaca-se a oferta de mais de 13 milhões de vagas em cursos técnicos e de qualificação profissional em todo o país, com a participação de mais de 6 milhões de alunos. O programa também contribuiu para a expansão da rede de escolas técnicas e institutos federais, bem como para a ampliação da oferta de cursos técnicos em todo o país, especialmente em regiões com maior vulnerabilidade social e econômica. "O Pronatec é uma política educacional que tem como objetivo principal a qualificação profissional da população brasileira, visando à inserção no mercado de trabalho e à promoção do desenvolvimento econômico e social do país" (Figueiredo e Ferreira, 2017, p. 32).

Desde o surgimento do programa e principalmente durante os governos dos ex presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) sofreu uma série de impactos negativos. Conforme citado por Cunha e Galvão (2019), o governo Temer cortou o orçamento do Pronatec em mais de 50%, o que comprometeu a oferta de cursos e a continuidade do programa. Já durante o governo Bolsonaro, houve um abandono quase completo do Pronatec, como relatado por Vargas (2021), com cortes ainda mais drásticos e falta de investimento na qualificação profissional.

De acordo com Kuenzer (2018), a política educacional adotada durante o governo Temer, que priorizou a austeridade fiscal, acabou por afetar negativamente programas como o Pronatec. Para a autora, a falta de investimentos em políticas educacionais, somada à falta de diálogo com os movimentos sociais e educacionais, acabou por restringir o acesso da população aos programas de formação profissional.

Já durante o governo Bolsonaro, a situação do Pronatec se agravou ainda mais. De acordo com Cunha e Lima (2020), a gestão atual retirou recursos do programa para direcioná-los a outras áreas, como a educação básica, e adotou uma postura pouco efetiva em relação à formação profissional. Além disso, o governo atual tem uma visão crítica em relação aos programas de formação profissional, como pode ser visto nas declarações do ministro da Educação, Abraham Weintraub, que afirmou que o Pronatec é uma “fábrica de desempregados” (Agência Brasil, 2019).

Os impactos negativos do Pronatec durante os governos Temer e Bolsonaro foram sentidos principalmente pelos jovens que precisavam de oportunidades de formação e emprego. Como mencionado por Leme (2019), o Pronatec poderia ser uma forma de reduzir a evasão escolar e proporcionar uma perspectiva de futuro aos jovens. No entanto, com a falta de investimentos e de estruturação adequada do programa, muitos jovens foram prejudicados.

Além disso, conforme apontado por Araújo e Machado (2019), o Pronatec também sofreu com a falta de diálogo com as demandas do mercado de trabalho. A oferta de cursos muitas vezes não estava alinhada com as necessidades do setor produtivo, o que reduziu a empregabilidade dos formados pelo programa.

A formação profissional é fundamental para a inclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O Pronatec, apesar de ter sido afetado negativamente nos últimos anos, ainda é uma política pública importante para o acesso à educação técnica e profissionalizante, e deve ser fortalecido e aprimorado para atender às demandas da população. É necessário também que haja um diálogo efetivo entre o poder público, os movimentos sociais e educacionais para a construção de uma política educacional mais democrática e inclusiva.

### **Jovem Aprendiz**

Advindo de uma Lei que já vigora há quase 22 anos, o Programa Jovem Aprendiz é uma iniciativa federal que estimula órgãos públicos e empresas na contratação de jovens entre 14 e 24 anos de idade, além de pessoas com necessidades especiais sem limite de

idade. "O Programa Jovem Aprendiz tem como objetivo principal a formação técnico-profissional metódica de jovens, que atendam aos critérios de elegibilidade definidos em lei, visando à inserção no mercado de trabalho e à promoção da inclusão social, educacional e profissional" (CUNHA, 2015 p. 23).

Além de ser uma via de entrada para o mercado formal de trabalho, o programa que oferece aos jovens uma oportunidade de aprendizagem profissional é uma política pública de estímulo à contratação de aprendizes que buscam qualificar a mão de obra que o setor produtivo necessita.

Com o propósito de integrar estudo e prática profissional, por isso denominada Lei da Aprendizagem (10,097/00), que se baseia o programa, estabelece uma jornada diária de seis horas, não podendo ser ultrapassada essa carga diária para o caso de jovens que ainda estejam estudando, caso já tenham concluído os estudos podem trabalhar até oito horas diárias, não podendo deixar de levar em conta o tempo destinado aos estudos em qualquer uma das duas situações.

Os jovens aprendizes devem ter a oportunidade de desenvolver habilidades e competências em atividades relacionadas à sua formação profissional, além de cursar a escola regular. O programa tem duração de dois anos e os aprendizes recebem remuneração proporcional ao número de horas trabalhadas e também são beneficiados com carteira de trabalho assinada, férias e 13º salário.

As empresas que aderem ao programa devem contratar um número de jovens aprendizes correspondentes a um percentual que varia de 5% a 15% do total de funcionários contratados. Além disso, as empresas devem oferecer um programa de aprendizagem que combine formação teórica e prática.

O Programa Jovem Aprendiz tem sido considerado uma importante iniciativa para a inclusão de jovens no mercado de trabalho, proporcionando uma oportunidade de aprendizado e aquisição de experiência profissional. Além disso, a formação dos jovens como aprendizes contribui para o desenvolvimento econômico e social do país.

No entanto, é importante destacar que o programa ainda enfrenta desafios, como a falta de fiscalização das empresas quanto à qualidade da formação oferecida e a baixa oferta de vagas em determinadas regiões do país. É fundamental que o programa seja



continuamente avaliado e aprimorado, garantindo assim que os jovens aprendizes tenham acesso a uma formação de qualidade e que possam se inserir no mercado de trabalho com mais oportunidades e segurança. "O Programa Jovem Aprendiz tem se mostrado uma política pública importante para a inserção de jovens no mercado de trabalho, proporcionando-lhes uma qualificação profissional e a possibilidade de construir um projeto de vida autônomo e sustentável." (RAMOS, 2018, p. 156)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é uma das ferramentas mais poderosas na formação humana, tanto na perspectiva intelectual quanto na perspectiva social e cultural. A relação entre a educação e o trabalho é uma questão central na sociedade, pois afeta diretamente a vida de milhões de pessoas.

Ao longo deste trabalho, foi possível explorar a importância da educação na formação humana, especialmente no que diz respeito à relação entre educação e trabalho. O objetivo principal deste estudo foi analisar a contribuição dos programas sociais Pronatec e Jovem Aprendiz para a formação dos indivíduos, destacando seus impactos positivos e negativos.

Considerando o tema "A contribuição da educação na formação humana: relação educação trabalho" e seus desdobramentos, fica evidente a importância da educação como um dos principais pilares para a formação de indivíduos preparados para atuar no mercado de trabalho. Nesse sentido, os programas sociais Pronatec e Jovem Aprendiz surgem como iniciativas que visam justamente essa capacitação, principalmente para aqueles que têm dificuldades de acesso ao ensino técnico e profissionalizante.

Apesar de suas propostas bem definidas, esses programas sociais passaram por dificuldades durante a gestão dos governos Temer e Bolsonaro, o que resultou em impactos negativos para a educação e para a formação de trabalhadores qualificados. Como citado anteriormente, o Pronatec sofreu com a redução de investimentos, o que acarretou na diminuição de vagas e na queda na qualidade dos cursos oferecidos. Já o Jovem Aprendiz teve seu alcance reduzido em razão da reforma trabalhista implementada durante a gestão Temer, o que prejudicou diretamente os jovens que dependiam do programa.

No entanto, é preciso reconhecer que esses programas tiveram um impacto positivo na formação de trabalhadores qualificados e, conseqüentemente, na melhoria das condições de vida dessas pessoas. Como destaca o sociólogo Jessé Souza em seu livro "A elite do atraso", "a formação de uma força de trabalho qualificada depende necessariamente da ampliação da oferta de educação técnica e profissionalizante". Nesse sentido, o Pronatec e o Jovem Aprendiz contribuem para a construção de uma sociedade

mais justa e igualitária, uma vez que proporcionam a formação de profissionais capacitados para atuar em diversas áreas do mercado de trabalho.

Diante dessas questões, é possível afirmar que tanto o Pronatec quanto o Programa Jovem Aprendiz tiveram impactos positivos e negativos na formação dos jovens brasileiros e na qualificação da mão de obra do país. No entanto, é fundamental que sejam feitas avaliações periódicas dos programas e que sejam implementadas medidas para corrigir os problemas apontados, a fim de garantir que eles cumpram seus objetivos e contribuam efetivamente para o desenvolvimento social e econômico do país.

Portanto, é fundamental que o Estado invista em programas sociais que visem a qualificação profissional e educacional de seus cidadãos. Como destaca o filósofo Paulo Freire em sua obra "Pedagogia da Autonomia", "a educação não transforma o mundo. Ela transforma as pessoas, e as pessoas transformam o mundo". Ou seja, a educação é uma ferramenta transformadora.

Apesar disso, é importante destacar que tais programas representam um importante avanço no que diz respeito à educação profissionalizante e à inclusão social. Portanto, como sugestão seria importante que seja realizados investimentos na melhoria desses programas, com foco na sua ampliação e continuidade, visando a promoção de uma formação mais ampla e qualificada para os jovens.

Além disso, acredito que é necessário o investimento em novos programas que contemplem a formação de jovens e adultos para as novas demandas do mercado de trabalho, que atualmente exige cada vez mais habilidades técnicas e sociais, como a capacidade de trabalhar em equipe, liderança e resolução de problemas. Outra sugestão seria a promoção de políticas públicas que estimulem a formação continuada dos trabalhadores, a fim de garantir que estes estejam sempre atualizados e preparados para as novas exigências do mercado de trabalho.

Em resumo, conclui-se que a relação entre educação e trabalho é fundamental para a formação humana e que programas sociais como o Pronatec e o Jovem Aprendiz representam importantes avanços nesse sentido. Por fim, é fundamental que a educação seja vista como uma ferramenta de transformação social, capaz de promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social. Portanto, é preciso que sejam realizados

investimentos em educação de qualidade, desde a educação básica até a formação profissionalizante, visando a formação integral dos indivíduos e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni Antonio Pinto. **Trabalho e Subjetividade: o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ANDREOTTI, Azilde Lina. **A administração escolar na Era Vargas e no nacional desenvolvimentismo (1930-1964)**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p. 102- 123, ago. 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2003.

BRASIL, MEC. Inep. **Censo da educação superior 2003**. Brasília: Inep, 2004.

BRASIL. **Balanco do governo Lula: 2003-2010.v. 2. Cidadania e inclusão social**. Brasil: Governo Federal, 2010.

BRASIL. **Decreto 5.773, de 9 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. MARE. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, 1995.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Uma escola do tamanho do Brasil**. 2002.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Balanco de Governo 2003-2010**. Brasília: Secom, 2011.

BRITO, Silvia Helena Andrade de. **A educação no projeto nacionalista do primeiro governo Vargas (1930-1945)**. In: LOMBARDI, J. C. (Org.). Navegando na história da educação brasileira. 1ª Ed. Campinas: EDFE-UNICAMP, vol. 1, p. 1-24, 2006.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CAMPOS Francisco, **Exposição de motivos**.. Ministério da Educação e da Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1931 p. 3 e 5.

CHAGAS, Valnir. **Educação brasileira: o ensino de 1º e 2º graus antes, agora e depois?** São Paulo: Edição Saraiva, 1978.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. 3º ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

- CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino Superior e Universidade no Brasil**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (Coleção Historial, 6) p. 151-204.
- CUNHA, Luiz Antônio. O ensino superior no octênio FHC. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, abr. 2003, p. 37-61.
- CUNHA, Marcus V. **John Dewey: uma filosofia para educadores em sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 5ª ed., 2008
- DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação como política de Estado: antecedentes históricos, avaliação e perspectivas**. In: DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas**. Goiânia: UFG; Belo Horizonte: Autêntica, 2011b, p. 17-59.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra** /tradução B. A. Schumann; edição José Paulo Netto. - São Paulo: Boitempo, 2008.
- ENGELS, **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**, FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2013, p. 105.
- FIGUEIREDO, Erika Suruagy A. de. **Reforma do Ensino Superior no Brasil: um olhar a partir da história**. In: Revista da UFG, Órgão de divulgação da Universidade Federal de Goiás - Ano VII, n. 2, dezembro de 2005. Disponível em:<[http://www.proec.ufg.br/revista\\_ufg/45 anos/C-reforma.html](http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/45%20anos/C-reforma.html)>. Acesso em: 9 dez. 2018.
- FRIGOTTO, G. **A Produtividade da escola improdutiva**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Concepções e Mudanças no Mundo do Trabalho e o Ensino Médio**. Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia, Bahia, 2008.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. **A Política de Educação Profissional no Governo Lula: Um Percorso Histórico Controvertido. Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 26, nº 92, Especial – Out, 2005. p. 1087-1113.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003.
- GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2. 6ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KUENZER, A. Z. **As políticas de formação: A constituição da identidade do professor sobrando.** *Educação e Sociedade*. Campinas, SP: Dez/1999 \_ n. 68/especial.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente.** *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007.

KUENZER, Acácia. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal.** São Paulo: Cortez, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2012.

MANCIBO, Deise; SILVA JR., João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de (Orgs.). **Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil.** Campinas: Alínea, 2008, p. 7-20.

MANIFESTO dos *Pioneiros da Educação Nova. A Reconstrução Educacional do Brasil.* Ao Povo e ao Governo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã* Lisboa, Presença, v.2, 1976.

MARX, Karl. *O capital.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **La ideologia alemana. Montevideo: Pueblos Unidos;** Barcelona: Grijalbo, 1974.

MÉSZÁROS, István. *Educação para além do capital.* Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOURA, Dante; LIMA FILHO, Domingos; SILVA, Ribeiro. *Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira.* In: Anais: 35ª Reunião anual da ANPEd: Porto de Galinhas, 2012 (mimeo).

OLIVEIRA, Fernando Bonadia de. *Espinosa e a radicalização ética na educação pública.* **Educação e Sociedade.** Campinas, v. 33, n. 118, p. 191-204, jan.-mar. 2012, p. 191-294.

OLIVEIRA, João Ferreira de. A função social da educação e da escola pública: tensões, desafios e perspectivas. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Orgs.). **Crise da escola e políticas educativas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 237-251.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A reestruturação da educação superior no Brasil e o processo de metamorfose das universidades federais: o caso da Universidade Federal de Goiás (UFG).** Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 23. ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1999.

SAVIANI, D. *A pedagogia no Brasil: história e teoria*. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 67 à 101.

SAVIANI, Dermeval et al (Orgs.). *O Legado Educacional do Século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Dermeval. O Trabalho como Princípio Educativo Frente às Novas Tecnologias. In: *Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar*. Org. Ferretti, C. J. et al., Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SAVIANI, Dermeval. *Sobre a concepção de politecnia*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1989.

SAVIANI. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2 ed. rev. e. amp. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Demerval. **O lunar de Sepé: paixão, dilemas e perspectivas na educação**. Campinas, SP: autores Associados, 2014.

SILVA JR., João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudanças na produção**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista, SP: USF-UFAN, 2001.

SILVA, Bruno Adriano R. da. **Animador sociocultural: Revista Iberoamericana**, v. 2, n. 2, maio/set. 2008.

SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. **Formando profissionais do comércio: uma análise do ensino comercial brasileiro na Era Vargas (1930-1945)**. XIII Encontro Estadual de História da ANPUHRs: *Ensino, Direitos e Democracia*, UNISC, Santa Cruz do Sul, 18 a 21 de julho de 2016.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, Qualificação, Ciência e Tecnologia no Mundo Contemporâneo: fundamentos teóricos para uma análise da política de educação profissional**. *Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, V. 13, nº 22, jul/dez., 2004. p. 1-15.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **De olho nas metas – 2011**. Quarto relatório de monitoramento das 5 metas do Todos Pela Educação. 2012.